TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA – TCE/BA
SEXTA COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO - 6ª CCE
GERÊNCIA DE AUDITORIA 6A

RELATÓRIO DE AUDITORIA OPERACIONAL

FUNDAÇÃO PEDRO CALMON – CENTRO DE MEMÓRIA E ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA (FPC)

SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS - SEBP

SECRETARIA DE CULTURA - SECULT

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

RESUMO

Em conformidade com o Plano Operacional Anual foi realizada pela Sexta Coordenadoria de Controle Externo a Inspeção no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Bahia - SEBP, relativo ao período de 01/01 a 30/06/2018.

O principal objetivo desta auditoria foi a coleta e análise de informações com o fito de estabelecer um diagnóstico atual da gestão do SEBP, destacando-se as principais dificuldades enfrentadas, tanto em relação às unidades de gerenciamento operacional do Sistema, quanto em relação ao funcionamento dos equipamentos culturais que o integram (Bibliotecas Estaduais, Públicas Municipais, Comunitárias e Espaços de Leitura), de modo a identificar, até onde for possível, oportunidades de melhoria para o Sistema e sugerir medidas visando o aprimoramento de sua administração e funcionamento, tendo em vista a finalidade para qual foi concebido.

As estratégias metodológicas utilizadas para responder às questões formuladas foram: utilização de dados secundários, pesquisa documental, utilização de dados primários (questionários e entrevistas estruturadas) e visitas de estudo. Na fase de execução, foram visitadas seis bibliotecas públicas, onde foram realizadas entrevistas estruturadas com gestores e profissionais e foram aplicados questionários estruturados às bibliotecas municipais.

Os principais achados da auditoria referem-se a aspectos relacionados a estrutura física, acervo, recursos humanos e tecnológicos, gestão das unidades e acessibilidade nas unidades; e alocação de recursos no orçamento destinado ao fortalecimento do Sistema.

A fim de contribuir para o melhor desempenho da ação, foram propostas diversas recomendações dirigidas à Fundação Pedro Calmon - FPC e órgãos institucionais articulados com a unidade.

Espera-se que a implementação dessas recomendações contribua para o êxito da ação a fim de garantir o acesso ao conhecimento e à memória com o objetivo de atender a sua função sociocultural, primando pela ampliação e conservação dos acervos, bem como assistindo e capacitando tecnicamente os equipamentos culturais voltados à memória histórica, da leitura e do livro, proporcionando à sociedade serviços e informações de qualidade, sem discriminação, promovendo a consolidação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

SUMÁRIO

RESUMO **02**
I. INTRODUÇÃO **05**
I.1 IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO 05
I.2 IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS 05
I.3 OBJETIVO E ESCOPO DA AUDITORIA 07
I.4 METODOLOGIA E FONTES DE CRITÉRIO 08
I.5 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS E RELEVANTES 08
I.6 INSTRUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS E O SEBP 15
II. RESULTADO DA AUDITORIA **27**
II.1. Estrutura das Unidades do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas 27
1.1 Ausência de controle de temperatura das unidades do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas 27
1.2. Existência de vazamentos e infiltrações nas estruturas das Bibliotecas 35
1.3 Estantes inadequadas ou em quantitativo insuficiente para atender a demanda do acervo bibliográfico 38
1.4 Ausência de conforto acústico dos ambientes 39
1.5 Falta de manutenção dos extintores de incêndio 40
1.6 Ausência de sistemas de detecção de fumaça/calor e alarme de incêndio 42
1.7 Elevador da Biblioteca Central do Estado sem funcionamento 43
1.8 Ausência de revisão da rede elétrica e de manutenção da rede lógica 45
II.2. Acervo bibliográfico das Bibliotecas Estaduais integrantes do SEBP 46
2.1 Renovação do acervo bibliográfico, quase que exclusivamente, por meio de doações 46
2.2 Não renovação das assinaturas de periódicos desde o ano de 2016 49
2.3 Local de conservação e guarda do acervo apresentando condições ambientais prejudiciais a sua vida útil 52
2.4 Intempestividade no tratamento documental do acervo das bibliotecas 53
II.3. Usuários do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas 55
3.1. Subutilização das bibliotecas pelos usuários 55
II.4 Recursos Tecnológicos e Humanos **58**
4.1 Recursos Tecnológicos 58
a) Ausência de investimentos para modernização e aquisição de novos computadores 58
b) Ausência de acesso à internet para os usuários nas unidades 59
4.2 Recursos Humanos 61
a) Insuficiência de pessoal técnico para tratamento documental do acervo 62
b) Insuficiência de pessoal técnico para realização do inventário 62
c) Limitação de ações referentes à capacitação da equipe 63
II.5 Gestão do Sistema Estadual de bibliotecas 64
5.1 Fragilidade na gestão do sistema 64
a) Cadastro desatualizado das bibliotecas municipais 65
b) Centralização das atividades de assistência técnica 66

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

c) Ausência da realização de inventários periódicos nas unidades do SEBP 67
II.6 Atividades culturais e divulgação pelas Unidades do Sistema 71
6.1 Ausência de autonomia das bibliotecas para divulgação das suas programações 71
II.7 Acessibilidade nas Unidades do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas 73
7.1 Ausência de acessibilidade nas bibliotecas públicas 73
III. RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA AUDITORIA 79
IV. PRONUNCIAMENTO DO GESTOR 84
V. CONCLUSÃO 84
APÊNDICE I - LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS
APÊNDICE II – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DE VISITA TÉCNICA
ANEXO ÚNICO – PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA FPC

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

I INTRODUÇÃO

I.1 IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO

Denominação:	Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia (FPC)
Natureza jurídica:	Fundação
Vinculação:	Secretaria de Cultura (SECULT)
Finalidade:	Recolher, organizar, preservar e divulgar o acervo documental, proveniente de arquivos públicos e privados, que evidencie a memória histórica, geográfica, administrativa, técnica, legislativa e judiciária
Endereço:	Av. Sete de Setembro, nº 282, Edf. Brasilgás, Centro. Salvador – Ba. CEP: 40.060-001.

I.2 IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Denominação:	Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia (FPC)
Dirigente máximo:	Edvaldo Mendes Araújo
Cargo:	Diretor Geral
Período da gestão:	A partir de 27/02/2015
Denominação:	Diretoria de Bibliotecas Públicas
Diretor Geral:	Carmen Azevedo Melo da Silva
Período:	2018

I.2.1. Responsáveis pela execução – Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia (FPC):

1. Conselho Curador

Presidente: Arany Santana

Composição:

- o Secretário da Cultura, que o presidirá;
- o Diretor Geral da FPC;
- um representante da Secretaria do Planejamento;
- um representante da Secretaria da Administração;
- um representante da Procuradoria Geral do Estado.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Finalidade: aprovar as políticas e diretrizes da Fundação Pedro Calmon, bem como a programação anual de suas atividades; examinar e aprovar as propostas orçamentárias plurianual e anual, autorizar a aquisição, a alienação e gravame de bens imóveis da FPC, autorizar a celebração de contratos, convénios, acordos e ajustes; aprovar o Quadro de Pessoal da FPC, o Plano de Cargos e Vencimentos; aprovar e autorizar propostas de operação de crédito e financiamento; verificar a regularidade dos atos da gestão financeira e patrimonial da FPC; examinar e aprovar o Regimento da Fundação Pedro Calmon e suas eventuais alterações; deliberar sobre alterações do Estatuto pelo voto de 2/3 (dois terços) dos seus membros; deliberar sobre doações, cessões de direitos e legados, quando onerados por encargos; opinar sobre questões propostas pelo Diretor Geral; julgar os recursos interpostos contra os atos do Diretor Geral; dirimir dúvidas decorrentes das interpretações ou omissões do Estatuto.

2. Diretoria Geral

Responsável: Edvaldo de Almeida

Finalidade: cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável à FPC, bem como as deliberações do Conselho Curador; dirigir, coordenar, supervisionar e controlar as atividades técnicas e administrativas da FPC; elaborar e submeter ao Conselho Curador, anualmente, a programação de trabalho, a proposta orçamentária e o relatório de atividades da FPC; movimentar os recursos financeiros da FPC; promover a articulação da FPC com órgãos e entidades das administrações federal, estadual e municipal, objetivando maior integração das suas atividades; promover a elaboração e criação de instrumentos adequados ao cumprimento e ao desenvolvimento das atividades da FPC; articular-se com instituições públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais; estruturar programas de história que complementem dados provenientes de documentação recolhida; promover a obtenção de cópias, dados e referências dos arquivos públicos e privados da Bahia, localizados em outras instituições, ou recolhê-los, promover a elaboração e execução de projetos especiais que visem resgatar a memória sócio-politica das principais regiões da Bahia; promover a coleta, classificação, catalogação; estimular a promoção de relações comunitárias em proveito dos objetivos e programas da FPC; celebrar convênios e outros instrumentos de cooperação científica com instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais; requisitar aos órgãos e entidades da administração pública estadual servidores especializados.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

3. Diretoria de Bibliotecas Públicas – DIBIP

Responsável: Carmen Azevedo Melo da Silva

Finalidade: tem por finalidade planejar, promover, acompanhar, coordenar e avaliar as ações culturais do Sistema de Bibliotecas, garantindo o acesso de informação geral à comunidade e estimular a prática da leitura como instrumento para o exercício da cidadania e participação social competindo a esta assegurar a preservação do patrimônio cultural da DIBIP; promover, junto à Diretoria Geral a recuperação e manutenção dos espaços culturais integrantes de sua Diretoria; estimular e promover atividades relacionadas com bibliotecas, organizando, atualizando e difundindo seus acervos.

I.3 OBJETIVO E ESCOPO DA AUDITORIA

O principal objetivo foi estabelecer um diagnóstico atual da gestão do SEBP, destacando-se as principais dificuldades enfrentadas, tanto em relação às unidades de gerenciamento operacional do Sistema, quanto ao funcionamento dos equipamentos culturais que o integram (Bibliotecas Estaduais, Bibliotecas Públicas Municipais, Bibliotecas Comunitárias e Espaços de Leitura), de modo a identificar, até onde for possível, oportunidades de melhoria para o Sistema e sugerir medidas visando o aprimoramento de sua administração e funcionamento, tendo em vista a finalidade para qual foi concebido.

Visando analisar esses aspectos, elaborou-se o problema de auditoria que versa sobre a consolidação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, frente a preservação do patrimônio cultural, acesso aos bens e serviços culturais, promoção de conhecimento, ampliação do acervo bibliográfico, ampliação, manutenção e dinamização de equipamentos culturais, ações previstas na legislação normativa que rege o tema.

O problema descrito foi investigado por intermédio da análise de quatro questões de auditoria:

1) O Estado da Bahia, por meio da Diretoria de Bibliotecas da FPC, está preservando o patrimônio cultural, possibilitando o acesso ao conhecimento e à memória com o objetivo de atender a sua função sociocultural?

2) A FPC está promovendo o acesso aos bens e serviços artísticos e culturais consolidando o Sistema Estadual de Bibliotecas, assegurando o funcionamento, modernização, dinamização e/ou implantação de novas unidades artísticos culturais?

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

3) A FPC tem promovido a ampliação dos acervos, bem como assistido e capacitado tecnicamente os equipamentos culturais voltados à memória histórica, da leitura e do livro, proporcionando à sociedade serviços e informações de qualidade?

4) De que forma a FPC vem apoiando financeiramente propostas voltadas para as áreas da Memória Histórica, da Leitura e do Livro?

I.4 METODOLOGIA E FONTES DE CRITÉRIO

Os exames foram conduzidos de acordo com a metodologia indicada no Manual de Auditoria deste Tribunal e em conformidade com as Normas de Auditoria Governamental (NAGs) aplicadas ao Controle Externo Brasileiro, e compreenderão: realização de testes e avaliação de controles; obtenção de evidências; desenvolvimento dos achados de auditoria; e discussão com a Unidade Jurisdicionada (UJ).

As principais atividades executadas pela equipe de auditoria foram:

a) entrevistas;
b) levantamento de dados secundários;
c) observação direta;
d) análise documental;
e) visita técnica *in loco* nos meses de setembro e outubro nas unidades de Itaparica, Rio Vermelho, Costa Azul, Pelourinho, Nazaré e Barris;
f) entrevistas com a Gerente de Bibliotecas da Fundação Pedro Calmon (GEDIP) e Gerentes das unidades;
g) aplicação de questionários aos responsáveis pelas unidades Municipais.

I.5 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS E RELEVANTES

5.1 O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas/SNBP foi instituído pelo Decreto Presidencial n° 520 de 13 de maio de 1992 com o objetivo principal de fomentar o fortalecimento das bibliotecas públicas do País. Para alcançar o desenvolvimento de suas ações o SNPB tem como pressuposto básico a função social da biblioteca pública e obtendo o status de responsável pelo gerenciamento das informações sobre bibliotecas públicas e comunitárias no Brasil. Após diversas Alterações ao longo de sua história, em 17 de agosto de 2016, por meio do Decreto nº 8.837, a Diretoria passou a ser Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas sendo vinculado a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC).

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Nessa linha o SNBP participou da construção do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), com o objetivo de fortalecer suas ações e estimular o trabalho em rede e colaborativo, o SNBP trabalha de maneira articulada com os 27 Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (SEBPs), sendo um em cada estado brasileiro e um no Distrito Federal.

Cabe destacar que as ações implementadas pelo SNBP são planejadas de acordo com as metas estabelecidas do Plano Nacional de Cultura (PNC) instituído pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. São 13 metas relacionadas às bibliotecas e, dentre elas, destacam-se: Meta 32 – 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento e Meta 34 – 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados.

5.2 O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas

O Sistema de Bibliotecas do Estado da Bahia foi instituído pelo Decreto Estadual n° 22.103 de 05 de novembro de 1970 e integrando as atividades da Divisão de Bibliotecas no Departamento da Educação Superior e da Cultura. O Sistema inicialmente era composto pela Divisão de Bibliotecas, a Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, a Biblioteca da Educação e a Biblioteca Central do Estado da Bahia.

Cabe registrar que a Biblioteca Central do Estado da Bahia foi inaugurada em 13 de maio de 1811, sendo o equipamento público dessa categoria mais antigo da América Latina, e ainda integrava as bibliotecas das demais secretarias, de outros órgãos do Estado e as bibliotecas em convênio, essas apenas para fins de prestação de assistência técnico-administrativa.

Já a Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória da Bahia foi instituída por autorização da Lei nº 4.662, de 29 de abril de 1986, e integrou a estrutura da Secretaria de Educação e Cultura.

Em 25 de outubro de 1990, por meio do Decreto Estadual nº 4.114, ocorreu a reestruturação do Sistema de Bibliotecas do Estado da Bahia que passou a denominar-se Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado da Bahia e destinou-se a promover a criação, expansão e integração de bibliotecas no Estado.
Ademais, a norma organizou a estrutura do Sistema denominando como órgão central a Diretoria de Bibliotecas da Secretaria de Cultura e como órgãos setoriais as unidades de Bibliotecas Públicas Estaduais. Destacamos as seguintes atribuições específicas conferidas à Diretoria de Bibliotecas no citado Art. 5º do Decreto nº 4.114.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Registre-se que em 1992 quando foi criado o Sistema Nacional de Bibliotecas pelo Governo Federal o Sistema Estadual de Biblioteca do Estado da Bahia já passava da maioridade. Ao longo desses anos a Secretaria de Cultura passou por várias reestruturações.

Em 31 de outubro de 2011, por meio do Decreto nº 13.394, foi instituído o Plano Estadual do Livro e Leitura do Estado da Bahia (PELL/BA – 2012/2022). Nessa mesma data foi constituído mecanismo colegiado para o seu gerenciamento: o Conselho Deliberativo do Plano Estadual do Livro e Leitura - CDPELL – BA.

Entre os objetivos estipulados pelo PELL/BA - 2012/2022 destacamos aqueles relacionados ao tema focal deste trabalho:

> Ampliar o número de bibliotecas escolares, criando centros modelares de estímulo à leitura e à escrita.
>
> Ampliar o número de mediadores de leitura no Estado da Bahia, em especial nas escolas públicas e bibliotecas.
>
> Implantar, modernizar e qualificar acervos, equipamentos e instalações de bibliotecas de acesso público nos municípios baianos.

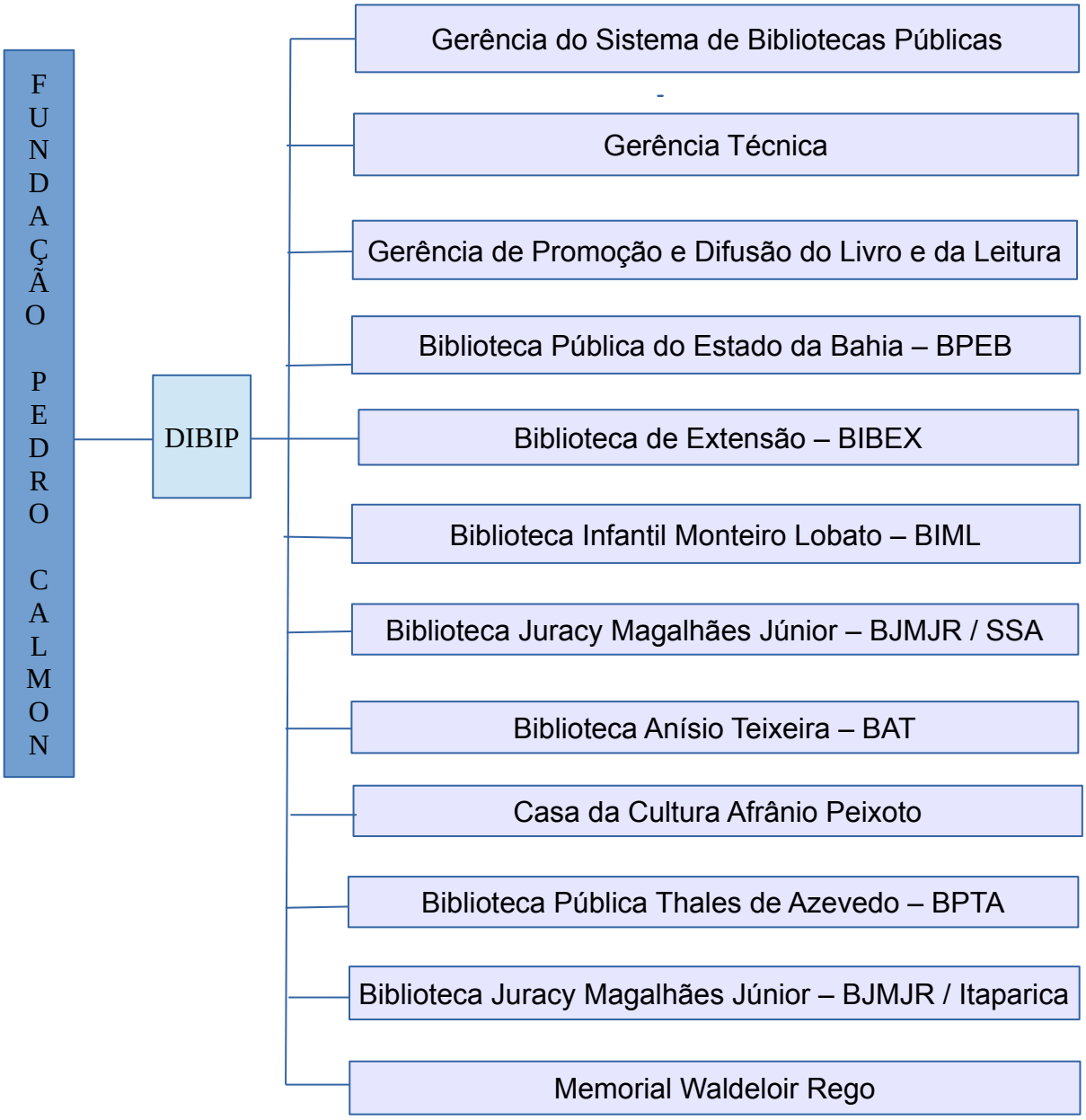
A Lei nº 12.365 de 30 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Política Estadual de Cultura e institui o Sistema Estadual de Cultura, em seu Art. 3º determina que a Política Estadual de Cultura abrange as expressões e os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, nos quais se incluem arquivos, livros, bibliotecas, equipamentos culturais, jornais, leituras, memórias culturais, periódicos especializados entre outros bens.

O Plano Estadual da Cultura foi instituído e aprovado pela Lei Ordinária nº 13.193/2014 e nele não identificamos ações de planejamento a serem observados pelo Sistema Estadual de Bibliotecas do Estado da Bahia nem metas a serem cumpridas relacionadas ao sistema de bibliotecas públicas.

5.3 Composição do Sistema

Estrutura da Fundação Pedro Calmon, relacionada com o SEBP, conforme Regimento Interno vigente, aprovado pelo Decreto nº 9.757 de 17 de janeiro de 2006, apresenta-se da seguinte maneira:

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ



A Diretoria de Bibliotecas Públicas (DIBIP) é responsável pelo gerenciamento operacional do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Bahia, prestando assistência técnica na implantação e modernização de bibliotecas públicas municipais e comunitárias em parceria com os programas federais de apoio, assistência e fomento às atividades dessas bibliotecas.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

As atribuições e competências das unidades subordinadas à Diretoria de Bibliotecas estão definidas no citado Decreto nº 9.757/2006.

Cabe registrar que o Gestor da FPC, em reunião com a equipe de auditoria, deu conhecimento acerca de trâmite de novo Regimento Interno da Fundação onde foi proposto ajustes das competências e da composição do SEBP que deverá se formar das 08 (oito) unidades a seguir:

1. Coordenação de Acervos Virtuais Baianos - Consuelo Pondé de Sena
2. Biblioteca Central do Estado da Bahia - BCEB
3. Biblioteca de Extensão - BIBEX
4. Biblioteca Infantil Monteiro Lobato - BIML
5. Biblioteca Juracy Magalhães Júnior - BJMJR/SSA
6. Biblioteca Anísio Teixeira - BAT
7. Biblioteca Pública Thales de Azevedo - BPTA
8. Biblioteca Juracy Magalhães Júnior - Itaparica - BJMJR/Itaparica

Fazem parte também da estrutura do SEBP as Bibliotecas Comunitárias, as Bibliotecas Públicas Municipais e, ainda, os Espaços de Leitura que são criados para incentivo ao hábito da leitura funcionando em pequenos ambientes dentro de instituições diversas. Estes locais também são atendidos pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas - SEBP - que disponibilizam o serviço de caixa-estante ou a visita sistemática das Bibliotecas Móveis que levam a leitura e atividades culturais para a comunidade atendida.

5.4 Operacionalidade do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas - SEBP

O Sistema é operacionalizado de forma sintética por duas gerências pertencentes a estrutura da FPC, pelas bibliotecas públicas, bibliotecas comunitárias e espaços de leituras.

A Gerência do Sistema de Bibliotecas (GESB) é responsável pela operacionalização das ações do Ministério da Cultura e do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas junto aos municípios baianos, já a Gerência Técnica (GETEC) é responsável pela administração do Sistema Pergamum, software utilizado para tratar a informação e disponibilizá-la em rede, dando suporte técnico/tecnológico às unidades que compõem o SEBP.

No que se refere a equipamentos próprios o SEBP é operacionalizado por meio das 08 (oito) bibliotecas públicas retrocitados, sendo que 07 (sete) são físicas, das quais seis estão localizadas na capital e uma na Ilha de Itaparica, temos ainda 01 (uma) biblioteca virtual denominada de Consuelo Ponde de Sena, equipamento incorporado mais recente ao sistema.

Questionado acerca dos municípios participantes do SEBP, o Gestor da FPC, em resposta por e-mail em 22 de agosto de 2018, apresentou relação nominal contendo

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

334 equipamentos cadastrados. No que se refere às Bibliotecas Comunitárias, segundo informações trazidas no Guia de Bibliotecas Comunitárias do Estado da Bahia publicado pela FPC em 2017, o sistema tem 42 bibliotecas comunitárias, distribuídas em 22 municípios dos 417 do Estado da Bahia.

Em consulta ao site do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas verificamos que estão registrados 32 espaços.

Cabe salientar que os citados espaços funcionam em pequenos ambientes dentro de instituições diversas, públicas ou privadas, a exemplo de associações, fundações, terreiros de candomblé, unidades prisionais, casas de acolhimento para menores infratores.

5.5 Resumo do histórico das Unidades Físicas do Sistema Estadual

a) Biblioteca Central do Estado da Bahia – BCEB

A Biblioteca Central do Estado da Bahia foi inaugurada em 13/05/1811, sendo a primeira biblioteca pública do Brasil e da América Latina. Com mais de dois séculos de existência, 207 anos, possui um acervo de mais 400 mil títulos, entre estes, livros técnicos, científicos e didáticos, incluindo livros raros do século XVI.

Cabe acrescentar que a BCEB possui um importante acervo de material especial para uso de deficientes visuais, promovendo atividades socioculturais educativas para os portadores de necessidades especiais, integrando-os à sociedade. Além disso, mantém serviço de atendimento à cópias, aulas de Braile, serviço de leitura para usuários, transcrição de textos para braille e outras atividades voltadas especificamente para esse público.

Ao longo de sua história foi objeto de várias ações de reconstrução e modernização, sendo que em 1988 completou-se a última grande reforma nas instalações físicas em sua atual sede.

É composta pelas seguintes subgerências :

- Subgerência de Informação e Assistência ao Público;
- Subgerência de Periódicos;
- Subgerência de Obras Raras;
- Subgerência de Recursos Audiovisuais;
- Subgerência de Atividades Especiais.

Convém ainda ressaltar sua importância para a preservação e conservação da Memória Baiana, por meio de um acervo composto por material bibliográfico sobre a Bahia e autores baianos, incluindo títulos do século XVI, através da Subgerência de Obras Raras e Valiosas.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

b) Biblioteca Infantil Monteiro Lobato – BIML

Inaugurada em 18 de abril de 1950, a Biblioteca Monteiro Lobato, foi a segunda biblioteca do país voltada exclusivamente para o público infantojuvenil. É conhecida por ser a mais completa biblioteca infantil de Salvador, possuindo a obra completa do escritor infantil Monteiro Lobato, bem como alguns de seus objetos pessoais e textos.

A Biblioteca promove, principalmente, a iniciação à leitura e à formação de novos leitores. Entre suas atividades estão a promoção de clubes de leitura, concursos, lançamentos de livros, audição de fitas, projeção de slides, vídeos e filmes, oficinas, exposições, teatro e recital.

c) Biblioteca Juracy Magalhães Júnior – BJMJR/SSA

Inaugurada em 23/09/1968, a Biblioteca Juracy Magalhães Júnior integra o conjunto de Bibliotecas coordenadas pela Fundação Pedro Calmon. A Biblioteca localizada no bairro do Rio Vermelho oferece ao público diversas atividades culturais como: contação de histórias, oficinas literárias, lançamento de livros, palestras entre outras atividades. Na BJMJR os usuários encontram uma das mais importantes fontes para pesquisa sobre a história do Rio Vermelho: fotografias, documentos e fitas gravadas por moradores, contando a história do Bairro.

d) Biblioteca Anísio Teixeira – BAT

A Biblioteca Anísio Teixeira foi criada, em 1948, pelo Professor Anísio Spínola Teixeira. Possui cerca de treze mil obras em seu acervo, contribuindo para a preservação e divulgação da memória do Centro Histórico e Comercial de Salvador.

Desde 2009 conta com o Serviço de Atendimento à Criança e ao Adolescente Surdo (SACAS), sendo uma referência no atendimento aos surdos, com atividades diárias especiais voltadas para esse público. Além disso, promove atividades culturais como oficinas, palestras, exposições, exibição de vídeos e encontros com escritor e cursos de LIBRAS.

e) Biblioteca Pública Thales de Azevedo – BPTA

Durante toda a trajetória de vida, o médico e antropólogo baiano Thales de Azevedo conseguiu reunir uma vasta obra com mais de oito mil títulos e cerca de 300 artigos autorais. Todo esse material, com foco nas áreas de Antropologia e Sociologia, integra os mais de 30 mil livros da biblioteca que leva o seu nome. Localizada no bairro do Costa Azul, a Biblioteca Pública Thales de Azevedo (BPTA), desde 1997 vem estimulando em seus usuários o exercício da cidadania a atraindo crianças, jovens e adultos que moram na região e utilizam o espaço.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

No total, a biblioteca disponibiliza sete setores de pesquisa, com obras infantis, brasileiras e estrangeiras, além de um Centro Digital de Cidadania.

Extrapolando os limites geográficos, na BPTA, há também um centro de referência da cultura norte-americana, o espaço Benjamin Franklin, conhecido como "American Corner". Através de uma parceria com o consulado dos Estados Unidos, o setor possui dois mil títulos incluindo material audiovisual com informações sobre a cultura e literatura dos EUA.

A biblioteca, que integra o cenário do Parque Costa Azul e está situada na rua Adelaide Fernandes da Costa, conta ainda com arquitetura moderna e pintura mural na parte interna feita pelo renomado artista plástico Edvaldo Gato. Dentro de sua estrutura, a unidade possui setores especializados, que dispõe de enciclopédias, dicionário, manuais, guias, livros infantis, almanaques e materiais para consulta rápida. No setor de estudo e pesquisa a instituição disponibiliza livros didáticos e paradidáticos como fontes de leitura e pesquisa.

f) Biblioteca Juracy Magalhães Júnior – BJMJR (Itaparica)

A Biblioteca Juracy Magalhães Júnior - Itaparica é uma das Unidades que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado da Bahia, subordinada à Secretaria de Cultura do Estado – SECULT, sob gestão da Fundação Pedro Calmon – FPC.

Se situa na cidade de Itaparica e atende à comunidade dos dois municípios que ocupam a Ilha de Itaparica (Itaparica e Vera Cruz). Também atende cidades circunvizinhas e visitantes (veranistas e turistas) O acervo é constituído de assuntos diversificados, além de obras de arte, pinturas em tela, quadros, esculturas, coleção de canecas, medalhas, brasões, mobiliário antigo e um acervo expressivo de livros raros e de arte, doados pelo fundador da biblioteca, o general Juracy Montenegro Magalhães.

I.6 DOS INSTRUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS E O SEBP

Para compreensão dos fatos abordados nesse relatório, se faz imprescindível identificar e analisar aspectos orçamentários e financeiros relacionados ao tema objeto desta auditoria.

A seguir discorreremos acerca do programa, ações, compromissos e entregas identificados nos instrumentos orçamentários que se vinculam diretamente ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas.

Posteriormente apresentaremos os demonstrativos financeiros apontando os recursos destinados e executados pela Fundação Pedro Calmon concernentes as entregas sob a responsabilidade da Fundação Pedro Calmon com vistas à instrumentalização do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

6.1 Plano Plurianual 2016-2019

De acordo com o PPA 2016-2019 os programas de governo voltados para a Fundação Pedro Calmon foram: Cultura e Identidades (202); Ações de Apoio Administrativo ao Poder Executivo; e, Operação Especial (900).

Identificamos no Eixo Estruturante Planejamento e Gestão Estratégica para o Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável, o Programa Cultura e Identidades com indicadores e metas específicas para as bibliotecas públicas.

A ementa trazido pelo PPA para este programa, inserido em 2016, é a Valorização da diversidade e direitos humanos; Valorização e preservação da cultura; Comunicação para o desenvolvimento; Gestão do Conhecimento; Valorização das identidades; Economia Criativa (geração de novos negócios, emprego e renda); Memória/Patrimônio Artístico Cultural (preservação e desenvolvimento da cultura material e imaterial); Infraestrutura e espaços culturais (ampliação e restauração de espaços) e Arranjos Institucionais.

Os indicadores previstos no PPA para o Programa Cultura e Identidades são:

TABELA 01 – Indicadores do Programa Cultura e Identidades

Indicador	Unidade de medida	Referência	
		Data	Índice
Índice da frequência de público em equipamentos culturais sob a responsabilidade do Estado	% (base 100)	2015	100,00
Índice de apoio às Culturas Populares e Identitárias	% (base 100)	2015	100,00
Proporção de municípios assistidos tecnicamente pela SECULT	%	2014	71,94

Fonte: Plano Plurianual (PPA) 2016 – 2019.

Identificamos que o indicador Índice de incentivo ao desenvolvimento das cadeias produtivas em Cultura existente em 2017 foi descontinuado em 2018.

Verificamos que a Fundação Pedro Calmon, entidade vinculada a Secretaria de Cultura, é responsável por 04 (quatro) compromissos, que totalizam 09 (nove) metas e 13 (iniciativas) relacionadas ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP) conforme segue:

1. Compromisso: Preservar o patrimônio cultural propiciando o acesso ao conhecimento e a memória com vistas à sua sustentabilidade e o atendimento à sua função sociocultural.

1.1 Meta: Preservar acervo Documental e Bibliográfico

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

- Quantidade: 03
- Regionalização: Estado
- Iniciativa 1: Preservar o acervo das bibliotecas públicas estaduais

Considerações do auditado acerca da meta:

A meta está selecionada para monitoramento e em 2016 já estava cumprida. Conforme relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019 – Ano III, extraído do Sistema Fiplan, apuração maio/2018, o quantitativo foi mantido em 03 unidades para as três iniciativas. A evidenciação da meta ocorreu com a apresentação de inserção de exemplares catalogados no Sistema de Automação Pergamum disponibilizados pelas Bibliotecas Públicas no site da Fundação Pedro Calmon. Nessa meta é contado o número de acervo documental e bibliográfico preservados.

Conforme Relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019 – Ano III 2018 do Sistema Fiplan as ações realizadas no exercício para o alcance da meta foi a realização de tratamentos técnicos em 351,8 mil documentos para a preservação dos acervos do Arquivo Público do Estado da Bahia - Apeb, Bibliotecas Estaduais da Bahia e Centro de Memória da Bahia - CMB, custodiados pela Fundação Pedro Calmon - FPC. Apuração: Maio/2018.

Comentários da auditoria:

Registra o Relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019 - Ano III 2018 que a forma de evidenciar essa meta é a inserção de exemplares catalogados no Sistema de Automação Pergamum, disponibilizados pelas bibliotecas públicas estaduais no site institucional da Fundação Pedro Calmon – FPC. Entendemos que a meta ficou subestimada visto que o quantitativo da iniciativa é medida por acervo e pela sua definição acervo bibliográfico é composto por livros e outros documentos armazenados em uma biblioteca. Um acervo documental agrupa todos os documentos referentes a uma questão específica dessa forma concluímos que a evidenciação não ficou definida.

2. Compromisso: Promover o acesso aos bens e serviços artísticos e culturais, com vistas à sua universalização.

2.1 Meta: Promover realização e apoio de eventos e atividades culturais.

- Quantidade (Meta total): 1.500
- Regionalização: Estado
- Iniciativa 1: Realizar eventos nas áreas da Memória Histórica, da Leitura e do Livro

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Considerações do auditado acerca da meta:

Conforme apurado em 2017 o quantitativo executado foi acima do esperado vez que o estimado foi 1.500 e o executado atingiu 2.032 eventos. Em maio de 2018 o apurado foi de 3.024. A meta é apurada considerando o número de eventos interno e externo realizados, termos de autorização de uso do espaço, *flyer*, fotos, publicações jornalísticas e fotos.

Conforme Relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019 – Ano III 2018 do Sistema Fiplan a forma de apuração da meta é o número de eventos e foram evidenciadas por meio de informações apresentadas nos sites, termo de autorização de uso, publicações jornalísticas e fotos.

Comentários da auditoria:

É uma meta inicialmente pensada de fácil alcance porém não pode ser considerada dessa forma visto que o orçamento disponibilizado para atendê-la, conforme apresentaremos nesse relatório, não contribui para que ela aconteça.

Conforme verificamos durante as entrevistas realizadas, os eventos, cursos e atividades culturais nos equipamentos públicos estão sendo possíveis em razão da gestão feita pelas diretoras das bibliotecas que usando de muita criatividade e competência buscam voluntários, parceiros, fazem permutas, até mesmo rede social própria para fomentar as atividades nas unidades.

Os cursos internos não foram muitos e também estão acontecendo por meio de parcerias e permutas.

Cabe registrar que as formas encontradas são salutares, entretanto não podem ser as únicas, pois as contribuições voluntárias e suas outras formas são válidas mas em razão das vias em que são firmadas causam insegurança na efetividade da ação.

O número de eventos, cursos e atividades não está acima da meta esperada.. Entendemos que o quantitativo de equipamentos culturais existentes possui potencial ainda maior que o estimado na meta devendo promover muito mais para a sociedade e sem subutilização dos espaços.

2.2 Meta: Consolidar os Sistemas de Arquivos e Bibliotecas do Estado.

- Quantidade: 02
- Regionalização: Estado
- Iniciativa 1: Consolidar os Sistemas de Arquivos e Bibliotecas do Estado

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Considerações do auditado acerca da meta:

A meta engloba tudo que funciona em Arquivo e Biblioteca, entretanto é uma meta que não evolui visto que não existem sistemas de Arquivos mas apenas o Arquivo Público. Meta concluída desde 2016. Em 2017 no Relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019 – Ano II 2017 constam ações realizadas no exercício para o alcance da meta.

Conforme Relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019 – Ano III 2018 do Sistema Fiplan, a Forma de apuração da meta é contada pela quantidade de Sistemas de Arquivos e Bibliotecas consolidados. E é evidenciada com a apresentação de Lista de frequência dos serviços prestados pelas Bibliotecas Públicas Estaduais, relatório mensal elaborado pelas bibliotecas públicas estaduais, ações culturais publicados no site do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e da Fundação Pedro Calmon.

Comentários da auditoria:

Como se verifica, a meta é contada de forma genérica e não representando exatamente o que de fato quer indicar. A forma de apuração e a sua evidenciação não estão ordenadas nem detalhadas em ações necessárias a fim de possibilitar a avaliação e o monitoramento.

2.5 Meta: Implantar unidades culturais voltadas para as áreas da memória histórica, da leitura e do livro

---

- Quantidade: 04
- Regionalização: Estado
- Iniciativa 1: Implantar unidades culturais voltadas para as áreas da memória histórica, da leitura e do livro

Considerações do auditado acerca da meta:

Trata-se de uma meta monitorada que mostra evolução e está subdimensionada. Basicamente as unidades culturais implantadas consistem em salas de leituras de competência da Bibex – Biblioteca de Extensão. Até maio de 2018 apurou 07 unidades que resulta da contagem de quantidade de unidade de cultura implantada.

Conforme Relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019 – Ano III 2018 do Sistema Fiplan a meta se evidencia com Ofício de solicitação para implantação; Publicação no DOE do Termo de Cessão de Uso e Contrato de Comodato celebrados; Fotos e Cards de inauguração da Unidade Cultural implantada, publicados nas redes sociais da Fundação Pedro Calmon.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Comentários da auditoria:

A meta para ser implantada necessita de apoio estrutural e financeiro, duas questões basilares que vem impactando e muito no SEBP, conforme podemos observar ao longo desse trabalho. Mesmo com todo empenho das diretoras e equipe para a execução dessa ação é imprescindível equipamentos, transporte para movimentação, móveis, acervo e equipe de trabalho.

Procede a afirmativa de que a meta está subdimensionada visto que a implantação de apenas 7 unidades, até a data de avaliação, é abaixo do esperado até mesmo no relatório de avaliação.

2.6 Meta: Promover modernização e funcionamento de espaços culturais

- Quantidade: 45
- Regionalização: Estado
- Iniciativa 1: Assegurar o funcionamento espaços culturais
- Iniciativa 2: Modernizar espaços culturais
- Iniciativa 3: Dinamizar espaços culturais

Considerações do auditado acerca da meta:

Essa meta é da SECULT e engloba todas as vinculadas da Secretaria. É uma meta monitorada cujo quantitativo de 45 unidades consiste no valor consolidado de todas as unidades, e já estamos em 48. Com a repercussão ocorrida nos jornais acerca das instalações da Biblioteca Central foram realizadas algumas atividades de melhorias na Biblioteca dos Barris, Rio Vermelho e na Monteiro Lobato, isso já conta para a meta que vai ser apurada agora em outubro. A requalificação ocorreu para assegurar o funcionamento do equipamento.

A meta dinamizar espaços culturais é monitorada por meio do encaminhamento das programações mensais pelas diretoras das unidades ao setor de programação cultural na DIBIP, onde é avaliada e tem equipe para ajudar no trabalho. Esse período que não houve publicização das programações impactou nas atividades e portanto na queda de público.

Conforme Relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019 – Ano III 2018 do Sistema Fiplan para a apuração da meta conta-se equipamentos culturais modernizados e em funcionamento, verificados através de relatórios de atividade encaminhados por cada unidade e de conclusão de obras de requalificação.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Comentários da auditoria:

Em 2017 o relatório de execução apurou 42 equipamentos modernizados, número mantido em 2018. Cabe registrar que em 2016 já contavam 40 equipamentos na meta demonstrando uma variação em 2 anos de apenas 2 unidades.

Verificamos que no tocante a modernização a equipe tem dificuldades em obter novos equipamentos, como por exemplo de computadores, que há muito tempo estão solicitando à Saeb, fato que vem dificultando o atingimento da meta pois os equipamentos existentes estão obsoletos. Podemos citar questões de climatização e de acessibilidades abordadas neste relatório.

Entendemos que as metas são interligadas e precisam ser executadas em consonância pois não há como assegurar o funcionamento dos equipamentos sem modernizá-los.

A citada requalificação ocorrida nas unidades ocorreu em caráter emergencial e não supriu a total necessidade das unidades contempladas, nem tampouco das demais que também carecem de melhorias nas suas estruturas físicas.

Cabe salientar que por se tratar de uma meta consolidada com as unidades vinculadas da SECULT não identificamos detalhamento relacionado a Fundação Pedro Calmon dificultando enxergar, no que se refere a avaliação e monitoramento, o SEBP.

5. Compromisso: Qualificar o atendimento na área cultural proporcionando à sociedade serviços e informações de qualidade.

5.2 Meta: Realizar capacitação técnica nas áreas da memória histórica, da leitura e do livro.

- Quantidade: 16
- Regionalização: Estado
- Iniciativa 1: Realizar capacitação técnica nas áreas da memória histórica, da leitura e do livro.

Considerações do auditado acerca da meta:

Não é uma meta monitorada. As capacitações técnicas ocorrem geralmente em Salvador e são acompanhadas pela DIBIP. Tem-se muita dificuldade para realizar as capacitações com o pessoal dos municípios mais distantes por falta de recursos para promover os cursos e a mobilização das pessoas. A fim de minimizar o impacto,

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

realizamos esses cursos aqui mesmo na FPC e o município financia a vinda dos servidores para serem treinados, entretanto, nesse caso, dependemos muito mais do interesse do gestor municipal do que do nosso trabalho para alcançar o objetivo.

As diretorias controlam esses números com a elaboração de atas, apresentação de fotografias e lista de presença. Todos esses documentos são guardados e anexados ao Fiplan, quando alimentamos o sistema.

Conforme Relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019 – Ano III 2018 do Sistema Fiplan, as ações realizadas para o alcance da meta foram 16 capacitações técnicas, qualificando 37 servidores do quadro funcional da Fundação Pedro Calmon – FPC, por meio de cursos, treinamentos, minicursos, oficinas nas áreas de arquivo, do livro e da leitura.

A evolução da meta foi identificada como acima do esperado, é contada pela quantidade de eventos de capacitação realizado e a forma de apuração foi evidenciada pelos registros fotográficos e certificados emitidos.

Comentários da auditoria:

A meta estimada de 16 capacitações para o Estado da Bahia é baixa, agravada pelo fato de ser contada pela quantidade de eventos realizados, mas contabilizado pelo número de pessoas capacitadas.

Em 2016 apurou-se 24 capacitações, alcançando 41 em 2017 e até maio de 2018 atingindo a meta de 57 capacitações técnicas.

Considerada pelo relatório de execução acima do esperado mas entendemos que se trata de uma meta subestimada cabendo revisão dos seus critérios de quantificação, avaliação e monitoramento.

5.3 Meta: Ampliar os acervos bibliográficos, iconográficos, documentais e expográficos dos equipamentos culturais da FPC

- ✔ Quantidade: 20.000
- ✔ Regionalização: Chapada Diamantina 20
- ✔ Estado 20.000
- ✔ Iniciativa 1: Ampliar os acervos bibliográficos, iconográficos, documentais e expográficos dos equipamentos culturais da FPC

Considerações do auditado acerca da meta:

A meta envolve todas as diretorias da Fundação e não só a Diretoria de Bibliotecas. Consiste em contagem de papel, cada papel é um documento e conta como um

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

item.

A ampliação do acervo ocorreu apenas por meio de doações. Não foi realizada aquisição de livros nem de periódicos no período.

Gostaríamos de adquirir novos livros com recursos do tesouro, mas não está acontecendo por questões orçamentárias, o que é evidenciado desde 2009. Ocorrem constantes reclamações dos usuários.

Conforme Relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019 – Ano III 2018 do Sistema Fiplan as ações realizadas no exercício para o alcance da meta foi a ampliação dos acervos das Bibliotecas Públicas Estaduais, através da doação de mais de 12,8 mil exemplares de livros, periódicos e multimeios (CD, DVD e vinil). Apuração: Maio/2018.

A forma de apuração da meta é a contagem da quantidade de exemplares (livros, periódicos, multimeios, documentos, fotografias, peças, dentre outros), adquiridos por compra, doações e renovação de assinatura de periódicos. E a evidenciação ocorre pela publicação no DOE do Termo de Doação celebrado; Relação de Títulos da instituição/pessoa física doadora, com quantidade especificada; Correspondência encaminhada por instituições, registrando a doação de exemplar de livro e/ou periódico. Quando ocorre o recolhimento de documentos públicos, os mesmos são oficializados mediante Termo de Recolhimento e comprovantes de pagamento quando da renovação de assinatura de periódicos.

Comentários da auditoria:

Cabe inicialmente, pela sua importância, avaliar o crescimento dessa meta do ano de 2016 para o ano de 2017 quando registrava 7.011 exemplares e passou a registrar 42.299. Em 2018 a quantificação da meta, até maio, alcançou 55.125 itens.

A justificativa apresentada foi a de que a evolução da Meta ocorreu, principalmente, pelas doações recebidas de instituições públicas e privadas, pessoas jurídicas e físicas contribuindo para a ampliação dos acervos das bibliotecas públicas estaduais, públicas municipais, comunitárias e espaços de leitura. Não teve informações complementares e detalhadas acerca dessa meta que ampliou em 35.288 o número de exemplares no período informado.

Verificamos que desde 2009 não são realizadas aquisições de livros para as bibliotecas públicas e que não se tem feito investimentos de qualquer tipo para ampliação dos acervos.

As doações são de grande valia para o Sistema entretanto não podem ser a única forma de ampliação do acervo de uma biblioteca. Consideramos a meta abaixo do esperado assim como apresentado no relatório de execução de 2018.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

5.4 Meta: Assistir tecnicamente equipamentos culturais.

- Quantidade: 80
- Regionalização: Estado
- Iniciativa 1: Assistir tecnicamente equipamentos culturais.

Considerações do auditado acerca da meta:

Observamos no acompanhamento das Metas que alguns setores, a exemplo da DIBIP e da DLL, que existem metas e iniciativas que não correspondem aos trabalhos desenvolvidos de forma precisa.

Ocorrem contantes debates na Secretaria Estadual de Planejamento - SEPLAN sobre estas dificuldades no PPA. A meta é avaliada e a próxima data de corte será em outubro.

Conforme Relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019 – Ano III 2018 do Sistema Fiplan as ações realizadas no exercício para o alcance da meta: Prestação de 123 assistências técnicas a municípios – capital e interior - de forma presencial, por meio de visitas in loco e à distância, por contato telefônico e via e-mail. Dentre as assistências técnicas prestadas houve a realização de capacitações, minicurso, treinamentos, oficinas, palestras beneficiando servidores de arquivos e bibliotecas municipais, comunitária e espaços e leitura. Apuração: Maio/2018.

A meta foi avaliada como abaixo do esperado e é contada pela quantidade de assistência técnica/visita prestada à unidade cultural (Espaços de Leitura, Bibliotecas e Arquivos Públicos Municipais, Bibliotecas Comunitárias); e evidenciada com a publicação no DOE do Edital para Divulgação do Curso de Capacitação para Auxiliares de Bibliotecas Públicas, Comunitárias e Espaços de Leitura; Lista de Presença e Certificado dos participantes do Curso de Capacitação para Auxiliares de Bibliotecas Públicas, Comunitárias e Espaços de Leitura; Ofício do município solicitando a prestação da assistência técnica (visita técnica, curso de capacitação, doação de acervo, dentre outras); Registros das assistências técnicas prestadas por: e-mails, telefone e presencial e *in loco*; Publicação no DOE do Convênio de Cooperação Técnica celebrados com os municípios; Publicação no DOE do Contrato de Comodato e Termo de Cessão de Uso, celebrados com instituições privadas sem fins lucrativos e órgãos estaduais; Relatório da Visita Técnica à unidade cultural; Relatórios de Visitas Técnicas, Pareceres, Registros Fotográficos e Notícias veiculadas no *site* institucional da Fundação Pedro Calmon.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Comentários da auditoria:

Essa meta é de grande importância para o Sistema Estadual visto que por meio dela a DIBIP assiste tecnicamente as Unidades municipais, os espaços de leitura e as bibliotecas comunitárias. Além de um indicador importante. é uma competência regimental que promove a consolidação do sistema na medida que ocorre compartilhamento estratégico de conhecimento.

Verificamos que a Diretoria de Bibliotecas executa as atividades de assistência técnica enfrentando as dificuldades financeiras, quadro de pessoal reduzido e ausência de recursos tecnológicos.

No exercício de 2018 a meta alcançou 172 assistências, avaliada como abaixo do esperado, e apresentou uma variação de 29 assistências em relação ao ano de 2016.

6. Compromisso: Ampliar o investimento em cultura consolidando e aperfeiçoando os mecanismos de financiamento com o objetivo de democratizar o acesso e contemplar diferentes expressões artístico-culturais.

6.2 Meta: Apoiar financeiramente ações artístico-culturais no Estado

- Quantidade: 3.000
- Regionalização: Estado
- Iniciativa 1: Apoiar propostas voltadas para as áreas da memória histórica, da leitura e do livro.

Considerações do auditado acerca da meta:

Refere-se a Editais. No entanto, a SUPROCULT está avaliando a evolução da Meta.

Conforme Relatório de Execução do PPA Participativo 2016/2019 – Ano III, do Sistema Fiplan, a evolução da meta foi avaliada abaixo do esperado. Não foram listadas ações, nem forma de contagem para a sua apuração, que ocorre pelo número de projetos, eventos culturais apoiados, propostas patrocinadas e Termos de Acordo e Compromisso – TAC celebrados. Na sua maioria, evidenciados por intermédio de fotos e publicações jornalísticas.

Comentários da auditoria:

Observamos que trata-se de uma meta consolidada da SECULT e refere-se ao financiamento de ações artístico-culturais voltadas para as áreas da memória histórica, da leitura e do livro e que a ausência de detalhamento impossibilita a avaliação relacionando-o com as atividades da Fundação Pedro Calmon.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Não obstante o financiamento cultural remeter atualmente ao Fundo de Cultura e por conseguinte ao acompanhamento da Suprocult, a forma de apuração revela a possibilidade de participação de todas as vinculadas, inclusive a Fundação.

Dessa forma, cabe à SECULT decidir como a meta será contada e informar às entidades vinculadas cabendo ainda, rediscutir a meta com a Seplan, se for o caso.

6.2 Informações Orçamentárias e Financeiras

No PPA 2016-2019, o **Cultura e Identidade** figura como um Programa de Governo dentro da diretriz estratégica "Planejamento e Gestão Estratégica para o Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável", tendo como órgãos participantes a SECULT, SDE, SETUR, SETRE, SERIN e SDR, com previsão de recursos orçamentários da ordem de R$78.032.601,00.

A execução orçamentária e financeira do programa nesse período está demonstrada na tabela a seguir:

TABELA 02 - Desempenho orçamentário e financeiro do Programa 202 - 2016 a 2018

Em R$1,00

Tipo Valor	2016	2017	2018	Total
Orçado Atual	149.587.492,35	104.350.373,00	125.322.554,00	**379.260.419,35**
Empenhado	109.566.963,40	65.150.680,03	73.506.348,08	248.223.991,51
Liquidado	108.621.100,66	63.158.281,22	71.321.979,57	**243.101.361,45**
Pago	107.253.310,56	62.811.124,10	70.656.385,48	240.720.820,14

Fonte: Relatório SICOF Gerencial.

Tomando por base o exercício de 2018, em que foi empenhado no Programa 202 o valor de R$73.506.348,08 e pago R$70.656.385,48, até 05/12/2018 verifica-se que a FPC teve participação de apenas R$851.068,44, correspondente a 15,78% do total empenhado no Programa 202 – Cultura e Identidade no mesmo período.

Em 2018 o orçamento da Fundação Pedro Calmon contou com recursos de mais 03 Programas, além do Cultura e Identidade, tendo sua Unidade Gestora registrado um montante empenhado de R$16.201.086,87, sendo dentre as 10 ações que compõem o programa, R$1.008.601,89 no Cultura e Identidades.

Dentre as ações previstas no programa estão aquelas voltadas para as bibliotecas do Sistema sob exame (SEBP). A ação intitulada "Funcionamento de Biblioteca e Arquivo Público", pois, para dois órgãos distintos, foram destinados apenas R$19.746,00, durante todo o exercício 2018, em todo exercício, e somente R$3.042,00 foram empenhados na ação intitulada "Ampliação de Acervo Biblioteca e Arquivo Público'.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Este simples cenário, ilustra perfeitamente a escassez de recursos verificada nas unidades do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, bem como a falta de priorização destes equipamentos pelo Governo do Estado.

II RESULTADO DA AUDITORIA

Passamos na sequência a apresentar o resultado de nosso exame acerca do sistema estadual de bibliotecas públicas sob 7 perspectivas analisadas: estrutural; acervo; usuários; recursos humanos; tecnológicos; gestão das bibliotecas; atividades culturais/divulgação e acessibilidade.

Ademais abordaremos os aspectos orçamentários e financeiros relacionados a ausência de investimentos, manutenção e consolidação do sistema estadual de bibliotecas, sendo as recomendações, consideradas pertinentes apresentadas, separadamente no item III do presente relato.

II.1. Da Estrutura das Unidades do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas – SEBP

1.1 Da ausência de controle de temperatura das unidades do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas.

Verificamos que os prédios onde funcionam as Bibliotecas Públicas, que compõem o SEBP, não contam com sistema de climatização instalado em todos os seus andares, ocorrendo, na maioria dos casos, ausência total de controle de temperatura.

O fato registrado contribui, não somente para a degradação do acervo, como para o desconforto térmico dos usuários e dos funcionários das unidades. Influenciando negativamente no atendimento e a qualidade do serviço prestado.

O descontrole da temperatura do ambiente é fato que pode influenciar, significativamente, na deterioração de materiais bibliográficos, sendo portanto, imprescindível, o controle desta variável, assim como da umidade do ambiente, por estarem diretamente relacionados.

Segundo Norma Cianflone Cassares[1], em obra intitulada **Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas**, publicado no ano 2000, em São Paulo, pelo Arquivo do Estado e Imprensa Oficial: "O mais recomendado é manter a temperatura o mais próximo possível de 20°C e a umidade relativa de 45% a 50%, evitando-se de todas as formas as oscilações de 3°C de temperatura e 10% de umidade relativa.

[1]Tem formação em Química Industrial e especialização em conservação e restauração de acervos em papel pelo curso da ABER/SENAI. Realizou treinamento no Laboratório de Conservação de Papel da "Library of Congress" nos Estados Unidos e faz parte da equipe de profissionais da Associação Brasileira de Encadernação e Restauro – ABER. Atua há dez anos na área de arquivos e bibliotecas públicas e particulares, desenvolvendo atividades de conservação e restauração.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Com vistas a obter informações acerca da situação das unidades, por meio da Solicitação nº RC 002/2018, questionamos quais as ações planejadas e/ou implementadas a fim de sanear o problema, detalhando: unidade, serviço executado e prazo.

Da resposta apresentada identificamos que apenas a Biblioteca Central foi referenciada pelo Diretor da Fundação Pedro Calmon - FPC deixando de informar acerca das ações planejadas e/ou implementadas nas demais unidades do Sistema Estadual de Bibliotecas. Dessa forma, solicitamos informações complementares. Em arrazoado complementar o Gestor nos apresentou o que segue:

> Nas demais unidades do Sistema de Bibliotecas a Fundação Pedro Calmon levantou todas as necessidades, inclusive de climatização, e apresentou à SECULT para tratativas com a SAEB. A partir deste levantamento que foi identificado as prioridades de acordo com a possibilidade orçamentária e financeira disponível.

Em entrevistas realizadas pela equipe de auditoria, com o corpo diretor das Bibliotecas, foi possível identificar os desafios enfrentados pelas gestoras decorrentes da ausência de climatização dos ambientes de atendimento ao público, salas de leitura, gabinetes e áreas de acesso restrito aos funcionários, merecendo destaque os locais onde se acomoda o acervo bibliográfico.

No curso das visitas realizadas nas unidades confirmamos a situação narrada pelos entrevistados e destacamos por unidade as constatações a seguir:

QUADRO 01 - Aparelhos climatizadores por ambiente nas bibliotecas estaduais

Unidade	Ambiente					Observações
	Acervo	Sala de Leitura	Atendimento ao Público	Cabine de Leitura Individual	Outros Ambientes	
BAT - Pelourinho	Não Possui	Não Possui	Não Possui	Não tem cabine	Não Possui	Dispõe apenas de 2 ventiladores.
BIML - Nazaré	Não Possui	Possui	Possui	Não tem cabine	Possui no auditório principal	O aparelho do auditório necessita de reparos e manutenção e o condicionador de ar do infocentro encontra-se fora de operação.
BPTA – Costa Azul	Não Possui	Não Possui	Não Possui	Não Possui	Sala de Processamento	A unidade possui 16 condicionadores de ar, apenas 01, localizado na sala de processamento, funciona no momento.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Unidade	Ambiente					Observações
	Acervo	Sala de Leitura	Atendimento ao Público	Cabine de Leitura Individual	Outros Ambientes	
BJMJR - Itaparica	Não Possui	Não Possui	Não Possui	Não Possui	Não Possui	Todos os ventiladores da unidade estão quebrados
BJMJR – Salvador	Não Possui	Não Possui	Não Possui	Não tem cabine	Não Possui	A unidade possui 9 condicionadores de ar, porém todos sem funcionar desde 2010
BCEB - Barris	Não Possui	Não Possui	Não Possui	Não Possui	Não Possui	A unidade possui central de ar-condicionado, porém está quebrado há mais de 1 ano.

Fonte: Entrevistas.

Cabe destacar a situação encontrada na unidade de Itaparica onde o teto é formado por telhas de amianto, produzindo calor extremo nos frequentes dias de sol, além de vazamentos em dias de chuva. Ademais, o material empregado é considerado nocivo à saúde.

Registramos também que a unidade Thales de Azevedo – Costa Azul possui na sua arquitetura uma cúpula de vidro no topo, que facilita a entrada dos raios solares, propagando todo calor externo para o interior da biblioteca resultando em um “efeito estufa” bastante desconfortável. Já a unidade do Rio Vermelho, que funciona totalmente voltada para o mar, recebe a incidência do sol durante todo o período da tarde, impossibilitando o desenvolvimento das atividades, em parte do prédio, durante o período vespertino.

As Diretoras das unidades fizeram um documento identificado como Relatório de Diagnóstico 2018 que teve por objetivo identificar a situação atual das unidades que formam o sistema estadual de bibliotecas públicas. O relatório apresentado pela Diretora da unidade Anísio Teixeira, nos relata que:

> Já a climatização, na BAT essa é uma questão de fundamental importância, pois o casarão que a biblioteca ocupa recebe sol poente o que prejudica a conservação do acervo, bem como o estado dos computadores, inclusive os do Recode. Além disso, a climatização poderá gerar um ambiente agradável aos leitores.

O Relatório de Diagnóstico 2018 elaborado pela Diretora da Biblioteca Juracy Magalhães Jr. - JMJR (Salvador), no item que trata do perfil do público, registra que a falta de climatização dos seus ambientes vem afastando os leitores da Unidade.

> O principal fator para diminuição desse público foi a perda da climatização do espaço. Em 2010 vários aparelhos começaram a apresentar defeitos, ficando

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

> definitivamente sem funcionar, tornado a Unidade em um espaço desconfortável e insalubre, tanto para leitores como para funcionários.

No que tange as Bibliotecas Municipais podemos verificar que cerca de 77% das unidades não possuem climatização em nenhum dos ambientes, conforme dados obtidos nos questionários aplicados.

Quanto ao percentual restante, de 33%, foi possível identificar ausência de climatização no ambiente de atendimento ao público, no de acervo bibliográfico, nas salas de leitura e nas cabines de leitura individuais.

É possível constatar que as Bibliotecas Públicas que compõem o Sistema Estadual não possuem os requisitos mínimos exigíveis para a manutenção das condições climáticas favoráveis a guarda e a conservação dos documentos uma vez que a temperatura inadequada dos ambientes de guarda acelera tanto a secagem das colas e adesivos, como os processos químicos de deterioração do acervo.

Importa destacar que além da ausência de condições climáticas para guarda do acervo as bibliotecas também não asseguram condições de uso aos funcionários das unidades, nem aos usuários.

A situação da Biblioteca Central, que conforme já apontamos, não possui ambiente climatizado, pela sua importância, será tratada separadamente.

a) Da ausência de controle de temperatura da Biblioteca Central do Estado.

A Biblioteca Central do Estado localizada no Bairro dos Barris, é constituída por um prédio com 17 mil metros quadrados. Fundada em 1811 foi a primeira biblioteca pública da América Latina. Localizada no centro da Capital Baiana a unidade é objeto de visitação por alunos, pesquisadores, jornalistas e profissionais de vários segmentos.

Ocorre que o ar-condicionado central da Biblioteca encontra-se sem funcionamento, face a ausência de manutenção, privando o equipamento público do necessário controle de temperatura em seus ambientes.

Em 05/04/2017 já havia sido veiculado, em mídia televisiva, reportagem onde estudantes e funcionários reclamavam da má conservação da infraestrutura da Unidade, da ausência de climatização e manutenção do local, na ocasião foi, registrado um período de 07 (sete) meses sem climatização. Vejamos, na sequência, uma excerto dos relatos apresentados:

> Estudantes que frequentam a Biblioteca Pública do Estado da Bahia, no bairro dos Barris, em Salvador relatam que sofrem com problemas de infraestrutura e manutenção no local, principalmente com o calor, pois o ar-condicionado do local está quebrado há sete meses.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

> Uma funcionária, que não que preferiu não se identificar, contou que ela e outros colegas compraram ventiladores para amenizar o calor e evitar estrago do acervo, que se deterioriza com o clima quente. "A gente foi obrigado a comprar o ventilador com os nossos custos", disse a funcionária.

Mais de um ano depois, em 16/07/2018, a matéria jornalística intitulada de "Biblioteca Central reforça descaso com a pesquisa e memória" ainda tratava do mesmo problema, trazendo como referência a Carta Aberta encaminhada ao Governador do Estado por um pesquisador, usuário do equipamento cultural. A carta referenciada descrevia as dificuldades enfrentadas pelos usuários em relação ao calor na Unidade, sujeira do local, ausência de periódicos, queda na frequência, falta de assinatura de periódicos e arquivamento de dados. A matéria também contou com depoimentos de outros usuários do local que validaram as informações consignadas na correspondência do pesquisador.

Com vistas a verificar as situações destacadas nas reportagens e identificar as providências adotadas acerca da situação da BCEB, por meio da Solicitação nº RC 002/2018, questionamos ao Gestor quanto as dificuldades enfrentadas para resolver a situação, em que prazo se obteria resultados, visto que o sistema de refrigeração da Biblioteca Central do Estado da Bahia permanece sem funcionar. Tendo solicitado também o encaminhamento de documentos que evidenciassem as justificativas apresentadas.

Em resposta o Gestor apresentou as seguintes informações:

> É sabido que o equipamento - central de ar - foi instalado na Biblioteca Central do Estado da Bahia há mais de vinte anos e mesmo que tenha uma manutenção preventiva regular, assim como qualquer outro equipamento, ele também possui uma determinada vida útil. Desta maneira, a fim de garantir o bem estar físico e conforto térmico de servidores, frequentadores e do acervo ali alocado torna-se estritamente necessária aquisição de peças. É por meio da substituição de peças e comandos que o equipamento pode obter melhor capacidade operacional já que a modernização é dispendiosa e necessita de esforços conjunto com órgãos sistêmicos do Estado, Secretaria da Administração e Secretaria da Fazenda.
>
> A manutenção parcial do equipamento foi possível através do processo de manutenção nas instalações da rede elétrica do pavimento térreo da Biblioteca Central do Estado da Bahia, possibilitado através de gestões conjuntas entre FPC/SECULT e SUPAT/SAEB.
>
> A intervenção na Central de Ar iniciou em 10/04/2018 a partir da disponibilidade do material por parte da empresa Shock Engenharia Ltda. para a Empresa ULYFRION. Após a instalação dos motores rebobinados, substituição de cabos, disjuntores, relés, contatores e anilhas, realizada a limpeza nos tanques de água, na tubulação e dutos; de 23 a 26 de abril/18 foram realizados os testes de pressurização e o acionamento das bombas quando ocorreu o vazamento em duas bombas de 20 CV e duas de 7,5 CV.
>
> A Empresa Ulyfrion informou imediatamente que precisaria substituir duas bombas de 20CV, duas de 7,5CV acompanhadas de junta de expansão e

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

válvulas borboletas, além do rebobinamento de dois motores de 7,5 CV para melhorar o desempenho do sistema de climatização no 3º pavimento.

A dificuldade do material restante, sobretudo das bombas, junta de expansão e válvula borboleta se deu pela falta de informações precisas de diâmetro, características específicas como vazão e altura manométrica havendo a necessidade de buscarmos o projeto de instalação da central de ar datado de 1993 e 1994. Sem essas informações as tentativas de conseguir orçamento foram frustradas.

Medida: O Processo SEI Nº 057.1949.2018.0000349-13 instaurado em 10/05/2018 teve os orçamentos atualizados, passou por análise jurídica, encontra-se em análise na SEFAZ. A falta de celeridade nos órgãos sistêmicos e controladores contribui para a morosidade da conclusão dos processos.

O prazo para a aquisição de peças após a liberação por parte da SEFAZ é de 10 dias;

O prazo para a colocação das peças adquiridas obedecendo aos testes no equipamento é de 15 dias.

O relato do Gestor retrata o percurso operacional executado para as tratativas de manutenção parcial do sistema de refrigeração da Biblioteca, e o caminho processual instaurado para aquisição de peças necessárias para restabelecer a central de ar. Atribui dificuldades ao fato de se tratar de um sistema antigo, de modernização custosa e a falta de celeridade nos órgãos sistêmicos do Estado para operacionalizar as implementações das ações planejadas.

No que tange às ações planejadas, executadas e em execução o Gestor informou:

Ação Planejada - A FPC elaborou em 2015 o levantamento das necessidades gerais de todas as unidades que forma o Sistema de Bibliotecas Públicas. O levantamento foi atualizado em 2016 e 2017 reiterando os pontos críticos que careciam de intervenção imediata impossibilitada pela limitação orçamentário-financeira.

[...]

Ação em Execução – Como providência inicial a FPC conseguiu captar através de emenda parlamentar o montante de R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) para fomentar ações de produção, difusão e preservação do conhecimento histórico, social e cultural, com a formalização do Convênio Nº 853103-17 com o Ministério da Cultura. A Meta nº 6 do convênio refere-se à Requalificação da Biblioteca Central do Estado da Bahia, composta de: 6.1 - Contratação de consultoria especializada em bibliotecas parque para orientar quanto aos usos e funções dos espaços e elaborar programa; 6.2 – contratação de consultoria arquitetônica voltada a fazer um primeiro exercício neste campo de modo a orientar a demanda de diagnósticos para compor o termo de referência e auxiliar na proposta de requalificação e modernização, visando futura realização de licitação pública para a unidade.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Cabe salientar que dos recursos disponibilizados para a requalificação das unidades não identificamos programação no orçamento planilhado, identificado como 1ª Fase - Emergencial 1 (Anexo Único), para a recuperação do sistema de refrigeração da BCEB, mas apenas previsão de compras de material para rede elétrica do sistema e da casa de máquina.

Diante do fato resta confirmada a dependência de execução futura dos serviços de manutenção distanciando a possibilidade de restabelecimento no curto prazo da climatização da unidade visto que até o encerramento desse trabalho não identificamos ações executadas com vistas a resolução da situação.

No curso da entrevista realizada com a Diretora da Biblioteca identificamos que a ausência de controle de temperatura dos ambientes de atendimento ao público, salas de leitura, gabinetes, áreas de acesso restrita aos funcionários, com destaque para os espaços onde fica o acervo bibliográfico, especialmente o de obras raras e valiosas, vem causando, não só prejuízos de imagem, como também perdas do acervo, além de transtornos para gestão da unidade.

Da inspeção física realizada confirmamos in loco a situação de extremo desconforto térmico das instalações da Biblioteca para os usuários, assim como para o corpo funcional. Constatamos que as salas destinadas a pesquisa e leitura não oferecem condições de uso, devido ao calor excessivo do ambiente e que, nos ambientes administrativos, os funcionários se utilizam de ventiladores pessoais para conseguir dar continuidade as suas atividades.

A ausência de climatização, associada a outros aspectos que serão tratados nesse relatório, contribui diretamente para a subutilização do principal equipamento público voltado ao fomento de leitura, pesquisa, e produção de conhecimento e memória da Bahia, uma vez que a frequência dos usuários diminui, distanciando a comunidade da maior Biblioteca Pública da América Latina.

Cabe registrar fato noticiado no periódico O Estado de S. Paulo, em 04 de Janeiro de 2017, acerca da situação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro que em 02 de setembro de 2018 foi acometida por um sinistro devastador:

> **Por causa do calor, funcionários da Biblioteca Nacional podem ser liberados mais cedo**
>
> O sistema de ar condicionado, com mais de 20 anos de uso, vem claudicante desde 2012, e não há previsão para uma solução definitiva
>
> RIO - Pelo sexto verão consecutivo, funcionários e usuários da Biblioteca Nacional sofrem com o calor nas dependências do prédio. O sistema de ar condicionado vem claudicante desde 2012, e não há previsão para uma solução definitiva. A presidência já cogita reduzir o expediente dos

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

> servidores que trabalham nas áreas mais quentes. O equipamento de ar tem mais de 20 anos de uso, segundo a Associação de Servidores da Biblioteca. No verão de 2013, o horário de funcionamento da instituição chegou a ser encurtado por causa do calor.
>
> [...]
>
> Os funcionários tentam driblar o calor com ventiladores. Apenas alguns setores estão climatizados, como a área de pesquisa, a iconografia, o auditório e os espaços expositivos. Como as salas são muito grandes, dentro de algumas há partes agradáveis, outras muito quentes. A existência de "anteparos", como vitrines expositivas, obstruem o fluxo do ar frio. (Roberta Pennafort, O Estado de S. Paulo)

Não se trata de uma especificidade dessas bibliotecas citadas nas reportagens visto que os problemas de estrutura relacionadas ao calor nos ambientes de bibliotecas públicas, conforme pesquisa realizada na rede mundial de internet, atinge um quantitativo significante de equipamentos culturais por todo o país.

Em notícia vinculada no jornal Correio da Bahia, em 29/11/2018, Biblioteca dos Barris recebe vistoria para avaliar risco de incêndio destacamos o que segue:

> Na manhã desta quarta-feira (3), técnicos do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (CREA-BA), da Defesa Civil de Salvador (Codesal), membros do Conselho Regional de Biblioteconomia da 5ª Região (Bahia e Sergipe) e profissionais do Corpo de Bombeiros estiveram na biblioteca, no acervo da Fundação Gregório de Mattos e no Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira para uma fiscalização.
>
> Segundo o CREA, foram levantadas informações relacionadas às instalações elétricas, hidráulicas, de conservação do acervo, projeto de segurança e de combate a incêndio e pânico, além da situação geral de manutenção predial. Novos prédios públicos serão vistoriados posteriormente, mas ainda não há um calendário.
>
> Cerca de 30 profissionais se espalharam pelos corredores e salas da instituição em busca de irregularidades e falhas de manutenção na primeira biblioteca da América Latina. Aos técnicos, no entanto, foi aconselhado a não comentar sobre os problemas, tendo a permissão apenas de colocar no papel aquilo visível aos olhos dos profissionais e de qualquer visitante do espaço. O CORREIO, no início deste ano, denunciou que, sem grandes investimentos, faltava limpeza, climatização e até jornais diários no equipamento público de 207 anos.
>
> [...]
>
> **Fiscalização**
>
> […] Já a Codesal estava presente para analisar a parte estrutural do prédio como as fachadas. Os membros do Conselho Regional de Biblioteconomia levantavam informações sobre o estado de todos os documentos e livros que são preservados nos setores da biblioteca. Já os bombeiros fiscalizavam todo o aparato de segurança que está à disposição caso aconteça um incêndio menor ou de devastadoras proporções como o do Rio

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

> de Janeiro. “Esse é o início. A partir daqui saberemos como estão também a situações de outras bibliotecas do nosso estado e como anda sendo preservada a nossa memória, nossos acervos ou se estamos vulneráveis”, afirmou Claúdio Silva, conselheiro do CR5°.
>
> O comandante do Corpo de Bombeiros, Costa Souza, disse que sua equipe estava ali para analisar se os aparatos de segurança estão disponíveis para controlar um possível incêndio. Uma biblioteca, como a pública do estado, deve conter além de extintores, móveis e tetos de materiais de baixa ou nenhuma combustão e porta corta-incêndio. “A nossa fiscalização está baseada na nova lei 13.425/2017 e a necessidade de adequação das edificações a nova regulamentação que já vem sendo fiscalizada pela corporação”, afirmou Costa. Ao visitante Gilmar Lopes de Sousa, 42, por sua vez, coube enfrentar o calor e a falta de jornais diários na sala. Algo que também foi pontuado por um visitante durante a visita da equipe do CORREIO no início do ano. “Eu já não visitava aqui há dois anos. No retorno, percebi que já não tem tantos jornais disponíveis como antes. Isso dificulta a nossa volta”, lamentou.

O relatório em referência no excerto será elaborado pelos órgãos técnicos envolvidos e oportunamente encaminhado a este Tribunal.

Notório que se trata de ausência de políticas públicas voltadas para o Sistema de Bibliotecas Públicas assim como os fatos abordados nas unidades do Estado da Bahia resultam da não implementação dos objetivos estipulados pelo Plano Estadual do Livro e Leitura do Estado da Bahia - PELL/BA – 2012/2022, especialmente o que trata da implantação, modernização e qualificação dos acervos, equipamentos e instalações de bibliotecas de acesso público nos municípios baianos.

Urge que esforços sejam envidados no sentido de regularizar as situações apontadas a fim de que os equipamentos públicos baianos possam ser plenamente utilizado pela comunidade com qualidade e segurança, a fim de que tragédia semelhante a que atingiu o Museu Nacional neste ano de 2018, não ocorra nos equipamentos do nosso Estado.

1.2. Existência de vazamentos e infiltrações nas estruturas das Bibliotecas

Verificamos em algumas unidades do Sistema de Bibliotecas vestígios recentes de vazamentos pelos telhados, pelas pastilhas dos revestimentos e infiltração nas superfícies das paredes internas e teto dos ambientes.

Os problemas apontados deixam os espaços em más condições de uso ocasionando o surgimento de bolores e empolamento da tinta em diversas paredes e até mesmo perda do acervo como retratado no item II.2 - Do acervo bibliográfico das Bibliotecas Estaduais integrantes do SEBP. As ocorrências foram identificadas nas unidades e localidades a seguir relacionadas:

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

QUADRO 02 - Bibliotecas com vestígios de infiltrações e vazamentos nas estruturas

UNIDADE	VAZAMENTOS	INFILTRAÇÕES	SITUAÇÃO
BIML - Nazaré	Solucionado problemas de vazamento provocado pelo entupimento das calhas e limpeza do telhado	Paredes do setor de periódicos, setor de pesquisa, espaço infantil e sala conecta	Área com sinais de infiltrações necessitando reforma/pintura
BAT - Pelourinho	Banheiro interditado por causa de vazamento	Banheiro com histórico de vazamento	Aguardando reparos
BCEB - Barris	Há problemas de vazamentos, foram realizados serviços de forma emergencial para a requalificação do telhado e subsolo	Há infiltração em quase todo o prédio, sendo que o setor mais prejudicado é o de Obras Raras/Periódicos	Banheiros interditados, salas com mofo e paredes com pintura estufada, livros com mofo, áreas com forte odor e sinais de insalubridade
BJMJR - Itaparica	Teto molhando em vários ambientes da biblioteca	Infiltrações na estrutura	Vigas rachadas e com estrutura danificada
BPTA – Costa Azul	Vazamento de banheiro do setor de pesquisa	Infiltrações oriundas do vazamento do banheiro e pelo rejunte do pastilhamento da área externa do prédio	1 (um) banheiro interditado e paredes danificadas
BJMJR - Salvador	Após reforma realizada em 2004 a unidade começou a sofrer com vários episódios de vazamentos inclusive com retorno de água pela tubulação do ar condicionado	Sem infiltrações após reforma do telhado realizado em 2018	Ações das infiltrações anteriores presentes nas paredes, Tubulação dos aparelhos de ar condicionado permanece isolada

Fonte: Entrevistas.

Com vistas a obter informações acerca da situação das unidades, por meio da Solicitação nº RC 002/2018, solicitamos a apresentação das ações planejadas e executadas concernentes ao saneamento dos problemas de vazamento e infiltração.

O Gestor da FPC, por meio do Documento s/nº, de 31/10/2018, apresentou os seguintes esclarecimentos quanto às ações planejadas, executadas e em execução:

> Ação Planejada - A FPC elaborou em 2015 o levantamento das necessidades gerais de todas as unidades que forma o Sistema de Bibliotecas Públicas. O levantamento foi atualizado em 2016 e 2017 reiterando os pontos críticos que careciam de intervenção imediata impossibilitada pela limitação orçamentário-financeira.
>
> Ação Executada – após entendimentos mantidos entre FPC/SECULT, SUPAT/SAEB, SEFAZ intermediada pela SECOM houve a descentralização de R$ 1.204.742,11 (hum milhão, duzentos e quatro mil, setecentos e quarenta e dois reais e onze centavos) que contemplou a manutenção nas unidades:
>
> BJMJR, Rio Vermelho - Manutenção telhado e parte da fachada;
> BIML – Manutenção nas instalações elétricas;
> BCEB – Manutenção nos sanitários do 1º, 2º e 3º pavimentos e reparo geral na área externa; Manutenção nas esquadrias; Limpeza das fachadas; Manutenção da cobertura.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Em razão dos vazamentos e infiltrações nos ambientes surgiram umidade excessiva e mofo em paredes e teto das Unidades Estaduais do SEBP a seguir relacionadas:

QUADRO 03 - Biblioteca com presença de umidade e mofo nas estruturas

UNIDADE	UMIDADE	MOFO	SITUAÇÃO
BAT - Pelourinho	Na área da copa – 3º andar	Na área da copa – 3º andar	Aguardando manutenção
BIML - Nazaré	Setor de empréstimo – 1º andar, espaço infantil	Setor de empréstimo – 1º andar, espaço infantil	Aguardando manutenção
BCEB - Barris	Salas de obras valiosas e obras raras, salas da administração, gabinete da diretora, salas do subsolo	A manta do térreo que dá para o subsolo tem que ser toda trocada. A troca da mesma está prevista para a 3ª etapa da requalificação	Aguardando manutenção manutenção e pintura.
BJMJR - Itaparica	Banheiros da unidade	Banheiros da unidade	Local de alta salinidade
BPTA – Costa Azul	Ambientes com umidade alta em razão da localização da biblioteca que é próxima ao mar	Setor de pesquisa	A alta salinidade danifica as pastilhas
BJMJR - Salvador	Setor de pesquisa 1 no teto da sala	Setor de pesquisa 1 no teto da sala	A alta salinidade danifica a pintura e pastilhas

Fonte: Entrevistas.

Assim como a temperatura, a umidade contribui fortemente para a deterioração de materiais bibliográficos, além de favorecer a proliferação de agentes biológicos. Dessa forma, o controle de umidade do ar dever ser realizado por meio de aparelhos específicos como Higrômetro, que tem a função de medir a temperatura e a umidade relativa do ar, bem como o desumidificador, que faz a retirada do excesso de umidade do ambiente.

Com relação as bibliotecas municipais, o resultado do questionário retratou que 17,86% das unidades respondentes possuem vazamentos nas estruturas e 25% relatam infiltrações. Já ambientes com umidade inadequada, a incidência envolve 25% das unidades que participaram do questionário.

Constatamos, no curso das inspeções físicas realizadas nos equipamentos estaduais, que os problemas de infiltração nas paredes são recorrentes aumentando a possibilidade de aparecimento de deformidades na estrutura e microrganismos que prejudicara a conservação dos livros a longo prazo e tornam o ambiente insalubre.

Destacamos as salas de livros raros e valiosos localizadas na Biblioteca Central que, em razão de vazamentos ocorridos, possui uma área onde estantes (com acervo) estão cobertas com lona plástica, para proteger livros e outras obras que ainda não foram alcançados pela umidade. Cabe destacar que o ambiente, como se encontra hoje, é considerado insalubre.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

1.3. Estantes inadequadas ou em quantitativo insuficiente para atender a demanda do acervo bibliográfico.

Verificamos que as condições e o quantitativo de estantes para organização do acervo bibliográfico do Sistema Estadual de Bibliotecas é insuficiente ou inadequada, prejudicando a conservação e disponibilização dos livros e em alguns casos possui estrutura de madeira, o que dificulta a higienização e desinfestação dos livros.

Com vistas a obter informações acerca da situação das Unidades, por meio da Solicitação nº RC 002/2018, questionamos quais as ações planejadas e/ou implementadas a fim de sanear a situação.

O Gestor, por seu turno, no multimencionado Documento s/nº, datado de 31/10/2018, apresentou os seguintes esclarecimentos:

> Estantes de madeira são adequadas aos locais onde há presença de salitre e não interfere na higienização do móvel e do acervo. As estantes utilizadas nas bibliotecas do Sistema comportam os respectivos acervos atendendo às necessidades dos setores.

Inobstante o Gestor afirmar que o quantitativo de estantes atende às necessidades dos setores e que as estantes de madeira são adequadas, as informações colhidas no curso das entrevistas com os Bibliotecários responsáveis, apontam em sentido contrário, vejamos:

> Considero que o número de estantes é suficiente para acomodar os livros, mas assinala que são inadequadas, pois são de madeira, o que dificulta a limpeza e higienização. (Entrevista BJMJR - Salvador)
>
> Considero que o número de estantes é insuficiente para acomodar os livros, visto a quantidade de livros doados aguardando processamento técnico. (Entrevista BJMJR - Itaparica)
>
> Considero que o número de estantes é insuficiente para acomodar os livros do setor de empréstimos, devido à falta de espaço. (Entrevista BPTA – Costa Azul)

As unidades municipais registraram por meio de resposta ao questionário aplicado que 71,43% das bibliotecas possuem número de estantes insuficientes para organização do acervo.

As inspeções realizadas nas Unidades Estaduais comprovaram que as estantes são insuficientes em algumas unidades conforme já antedito e a especificação de madeira não atende visto que a salinidade nas unidades Itaparica e Rio Vermelho é alta e que a umidade é uma realidade desses ambientes dificultando a limpeza e a

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

higienização. A Auditoria em sua inspeção in loco, pode verificar que há plausibilidade na argumentação dos responsáveis e que medidas corretivas precisam ser adotadas.

1.4 Ausência de conforto acústico dos ambientes

Verificamos que as Unidades Estaduais que contemplam o SEBP não possuem conforto acústico nas salas destinadas aos usuários e até mesmo das dependências onde os servidores desenvolvem suas atividades.

As instalações físicas de uma biblioteca devem proporcionar aos usuários e funcionários um ambiente confortável para o desenvolvimento de suas atividades, favorecendo a relação aprendizado/produtividade, contribuindo para a concentração e absorção das informações.

A ausência de um ambiente acolhedor e confortável em uma biblioteca inviabiliza o uso do espaço visto que a capacidade de concentração e aprendizado prejudicados contribuem para a deficiência da prestação do serviço e por consequência a ineficácia da política pública.

A Norma Brasileira - NBR 10152 da ABNT fixa os níveis de ruído compatíveis com o conforto acústico, em ambientes diversos. No que se refere a escolas, bibliotecas, salas de música, salas de desenho, salas de aula e laboratórios a faixa está fixada entre 35 - 45 dB.

Com vistas a obter informações acerca da situação das unidades, por meio da Solicitação nº RC 002/2018, questionamos quais as ações planejadas e/ou implementadas a fim de sanear o problema.

O Gestor por seu turno informou: *"Está previsto no projeto de requalificação da unidade. Conforme item 2 – 'ação em execução'."*

O Diretor da FPC menciona o projeto de requalificação como uma ação em execução, no entanto, esta se refere a Consultoria arquitetônica voltada a orientar a demanda de diagnósticos para compor o termo de referência para o concurso público e auxiliar na divulgação da proposta de requalificação dos equipamentos culturais. Em informações complementares apresentou:

> **O projeto requalificação está ainda em fase de desenvolvimento**, como é descrito no Termo de Referência específico da Meta 6 do Convênio 853103/2017. Esta contratação irá produzir conteúdo básico para que o Estado possa abrir concorrência pública de seleção de projetos de requalificação da Biblioteca Central.
>
> Nas demais unidades o atendimento desta necessidade dependerá de vistoria e avaliação técnica da SUPAT/SAEB, em tempo o problema de

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

> acústica está ligado diretamente à climatização dos ambientes que permitirá o fechamento das salas destinadas aos usuários em relação às demais dependências administrativas e áreas comuns e de circulação. Também é salutar observar que a acústica nos ambientes destinados aos usuários depende do comportamento de cada um para que não interfira no outro.

As ações necessárias para a resolução da questão apontada pela auditoria ainda não foram efetivamente demandadas pelo Gestor. Procede a ponderação acerca da relação da climatização e acústica, entretanto, cabe ao Gestor do Sistema estudar e implementar, desde já, outros meios de reduzir, ao mínimo, os ruídos dentro da biblioteca, seja por tratamento acústico ou por disposição adequada do layout.

Nas unidades municipais, segundo os respondentes da pesquisa, a situação de acústica também é bastante inadequada para os usuários das bibliotecas. As respostas apontaram que 91,07% dos equipamentos públicos não são preparadas acusticamente.

Verificamos nas inspeções realizadas que as unidades da Biblioteca Central, Bibliotecas Monteiro Lobato, Juracy Magalhães – Salvador e Anísio Teixeira – Pelourinho são as mais prejudicadas pelos ruídos externos e que conforme já identificado pelo Gestor, os problemas podem ser reduzidos com a climatização adequada dos ambientes, pois assim seria possível fechar as janelas e portas das salas.

1.5 Falta de manutenção dos extintores de incêndio

Verificamos que as Unidades que formam o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas contam apenas com extintores químicos e de água para a prevenção e o combate a incêndios e que à época das visitas realizadas os equipamentos de segurança estavam com data de manutenção e inspeção vencida.

Conforme é cediço, o tipo de risco mais comum, que colocam em risco os acervos das bibliotecas são os incêndios, quando não decorrentes de atos de vandalismo, são provenientes de curtos-circuitos nos sistemas de eletricidade, causados muitas vezes pela manutenção inadequada e ou má conservação dos prédios, em alguns casos, ou até mesmo por pequenos pontos de fogo acesos indevidamente.

Com vistas a obter informações acerca da situação das unidades, por intermédio da Solicitação nº RC 002/2018, questionamos quais as ações planejadas e/ou implementadas a fim de sanear o problema.

O “Diretor Geral” da FPC, em seus esclarecimentos, apresentou as seguintes informações:

> A FPC realiza a contratação do serviço de recarga de extintores, cujo processo SEI nº 057.1955.2018.0000736-06 encontra-se em andamento. A

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

> FPC não possui contrato contínuo para esse serviço, devido à limitação orçamentário-financeira. O serviço é feito anualmente.
>
> O Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, a partir da iniciativa conjunta da FPC, SECULT, IPAC intermediada pela Casa Civil, o Corpo de Bombeiros realizou vistoria na unidade BCEB no intuito de verificar os pontos críticos de atuação imediata e médio e longo prazo no intuito de garantir a segurança da unidade.
>
> A ação se estenderá para outras unidades do Sistema de Bibliotecas.

Em vista da resposta apresentada solicitamos, em complementação a informação prestada, a cópia do laudo de vistoria na Unidade BCEB e o cronograma de vistoria para as demais unidades do Sistema. Ademais questionamos se a FPC possui normativo apontando que apenas esses equipamentos são suficientes para garantir a segurança dos ambientes.

Em atenção ao quanto solicitado o Gestor respondeu:

> A vistoria técnica realizada na unidade BCEB partiu de uma ação conjunta do CREA, Corpo de Bombeiros sob o acompanhamento do IPAC. A FPC abrirá chamado para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Bahia solicitando vistoria em todas as unidades da FPC sobre a questão de segurança.

Não foram apresentados outros documentos ou esclarecimentos adicionais e até o final de nossos trabalhos não nos foi comprovada a abertura do referido chamado.

Em trabalho inédito, sobre a conservação de acervos bibliográficos e documentais, publicado em 1997 pelo Departamento de Processos Técnicos da Fundação Biblioteca Nacional, Jayme Spinelli Júnior, mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais e especialista em conservação e restauração de bens culturais, assim se posiciona acerca desse assunto:

> Estas ações devem ser minimizadas com planejamentos seguros de programas de proteção contra incêndios. A instalação de equipamentos modernos de detecção de fumaça e controle do fogo deve ter prioridade nos prédios antigos e modernos que abrigam acervos, como também a execução constante de sua manutenção e um exercício pleno de monitoramento do prédio com o auxílio de brigadas anti-incêndios, geralmente equipes formadas por funcionários e treinadas pelo Corpo de Bombeiro.

Recomendações realizadas por esta Auditoria no tocante a situação apontada poser encontrada no item III deste relatório.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

1.6 Ausência de Sistemas de detecção de fumaça/calor e alarme de incêndio

Verificamos que das seis Unidades físicas que formam o Sistema Estadual de Bibliotecas quatro delas (BIML – Nazaré, BJMJR – Itaparica, BAT – Pelourinho, BPTA – Costa Azul) não possuem sistema de detecção e alarme de incêndio e que não obstante a Biblioteca Juracy Magalhães Júnior – Salvador apresentar sensores para detecção na sua estrutura, esses não funcionam.

A Biblioteca Central do Estado da Bahia registra a existência de sistema de detecção de calor, sem contudo conter os elementos básicos de prevenção para fumaça e alarme. Ademais, conforme dados obtidos em entrevista, o sistema existente não está funcionando.

Em trecho de entrevista aplicada na Biblioteca Central dos Barris – BCEB, quando a auditoria questionou acerca do sistema de incêndio, a Diretora nos informou que:

> […] possui extintores e mangueiras em todos os andares, porém sem manutenção. Há um tanque destinado para uso das mangueiras. Não possui brigada de incêndio, apenas um funcionário está treinado para usar os extintores. Possui sensores de incêndio, porém não estão funcionando. Não possuem alarmes.

Conforme documentação apresentada (APS nº 008/2018) a manutenção do sistema foi feita esse ano, sob a supervisão da Gerência Administrativa da FPC, responsável pelo acompanhamento, manutenção de convênios e contratos. Entretanto, após testes e simulações realizadas pela equipe da unidade, confirmou-se que os sensores não estão funcionando, razão pela qual, a Diretora da unidade solicitou providências imediatas.

Ocorre que até o final deste trabalho não houve alteração da situação apontada.

Com vistas a obter informações acerca da situação das unidades, por meio da Solicitação nº RC 002/2018, questionamos quais as ações planejadas e/ou implementadas a fim de sanear o problema.

O Gestor por seu turno apresentou os seguintes esclarecimentos:

> A FPC tem planejado para a BCEB realizar manutenção geral e modernizar o sistema de alarme e detecção e fumaça. Para isso levantará o custo desse serviço para apresentação no sentido de viabilizar os recursos.
>
> A unidade BJMJR, no Rio Vermelho, precisa elaborar e executar projeto de sistema de alarme, detecção de fumaça e combate a incêndio, assim como nas demais.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

O sistema de detecção e alarme de incêndio é extremamente importante para garantir a segurança e prevenção contra incêndios nos lugares com grande circulação de pessoas e onde são mantidos materiais combustíveis como nas bibliotecas.

1.7 Elevador da Biblioteca Central do Estado sem funcionamento

Verificamos que o elevador para acesso aos andares superiores da Biblioteca Central do Estado encontra-se quebrado prejudicando a acessibilidade do local que conta com 4 pavimentos sendo o térreo, 1º, 2º e 3º andares.

A situação apontada persiste desde setembro de 2017 e mesmo já ocorrendo intervenções com vistas a devolver aos funcionários e usuários a acessibilidade dos andares superiores, as providências adotadas não foram suficientes para restabelecer o equipamento.

Destacamos trecho do relatório de diagnóstico apresentado em outubro/2018 pela diretoria da BCEB:

> Vale salientar dois fatores que impactaram muito e negativamente na perda do público na BCEB, foram: 1 – a falta e serviço de climatização do prédio, principalmente nas salas destinadas aos estudos e pesquisas e; 2- falta de mobilidade através de elevador, para os setores destinados aos andares superiores. Um dos serviços mais utilizados na Biblioteca é o ligado ao setor de Periódicos que se encontra no 1º andar e é muito utilizado pelo público da faixa etária 36 a 60 anos. Assim, ressaltamos que a falta de assinaturas, além da mobilidade através do serviço do elevador, vem fazendo com que ocorra uma evasão do público neste setor.

A situação apontada não só prejudica a operacionalização dos serviços prestados ao usuário pela Unidade, afastando o público do equipamento cultural, como também inviabiliza as ações concernentes a manutenção do prédio, organização do acervo, movimentação de material do acervo, a citar disponibilização de livros recebidos, desbaste e descarte de material, e a movimentação da própria equipe de funcionários.

Com vistas a obter informações acerca da situação da Unidade, por meio da Solicitação nº RC 002/2018, questionamos quais foram as ações planejadas e/ou implementadas a fim de solucionar o problema, bem como qual o prazo estipulado para tanto. Indagou-se, também, acerca das dificuldades enfrentadas pela gestão para resolver a situação.

Em resposta, o Gestor, no Documento s/nº de 31/10/2018, esclareceu:

> **Item 8 – Elevador BCEB**
> Providência adotada – solicitação de laudo indicando a modernização do equipamento.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

> Prazo – depende da disponibilidade de recursos financeiros.
> 4 Dificuldade – falta de concessão financeira.
> Documentos anexos.

Ademais, encaminhou Nota Técnica nº. 003/2018 – GERAD/DAOF, datada de 20/08/2018, que versa sobre a situação em que se encontra o elevador da unidade BCEB onde a conclusão é pela imprescindibilidade de envidar esforços para a adequação dos equipamentos às normas de segurança e as intervenções identificadas como prioritárias.

Destacamos trechos da Nota Técnica a seguir:

> Desde setembro de 2017 a unidade teve suas atividades comprometidas com as constantes paralisações dos elevadores. Sem o contrato a FPC vê-se obrigada a realizar contratação eventual com prazo de garantia do serviço reduzido, por conseguinte inadequado para o equipamento que tem utilização permanente e apresenta componentes desgastados pela ação do tempo.
>
> A FPC realizou licitação recentemente, no entanto a empresa vencedora não apresentou a documentação necessária; a segunda colocada estava dentro do prazo de apresentar a documentação, contudo não possuía credenciamento no Comprasnet/SIMPAS.
>
> A unidade BCEB passou por intervenção em sua estrutura física - manutenção em sanitários, cobertura e fachadas demandando o equipamento, elevador funcionando normalmente para o bom andamento da obra e para o deslocamento de servidores e visitantes. Sem o conserto do equipamento a obra sofreu atrasos precisou de remanejamentos na realização de atividades finalísticas para não gerar desgaste na imagem do órgão.
>
> [...]
>
> Mesmo que um elevador tenha uma manutenção preventiva regular, assim como qualquer outro equipamento, ele também possui uma determinada vida útil. Desta maneira, <u>a fim de garantir a segurança dos usuários, a modernização dos elevadores torna-se estritamente necessária</u>. <u>É por meio da modernização tecnológica que os elevadores podem obter melhores índices de consumo de energia, o que contribuirá para o aumento de economia de energia da instituição, bem como a segurança dos colaboradores da fundação</u>.

Cabe destacar que além das questões prejudiciais já relatadas a interdição do elevador prejudica o acesso de pessoas com mobilidade reduzida e deficientes físicos, que não têm alternativa de acesso à maioria do acervo, restando apenas não usufruir dos serviços que deveria oferecer o respectivo equipamento cultural.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

1.8 Da ausência de revisão da rede elétrica e de manutenção da rede lógica

Constatamos que a Biblioteca Juracy Magalhães (Itaparica), com histórico de curto-circuito em 2017, e a Biblioteca Central do Estado da Bahia, contemplada pela requalificação emergencial realizada em 2018, registram, quer por ausência de manutenção, quer por falta de investimento, problemas em sua rede elétrica e na rede lógica.

Com vistas a obter dados acerca da situação abordada, por meio da Solicitação nº RC 002/2018, requisitamos informações acerca das ações planejadas e/ou implementadas a fim de solucionar o problema.

O Gestor, em seu arrazoado, esclareceu o seguinte:

> Na BJMJR, Itaparica - As deficiências apresentadas no imóvel provocou a abertura do Processo nº 0609150010629 de locação de imóvel para mudança temporária da BJMJr/ITAPARICA a fim de evitar situação de sinistro e garantir a segurança das pessoas e do acervo. Porém o processo não logrou êxito.
>
> A unidade está contemplada no PAC Cidades Históricas o projeto de modernização está aprovado e aguardando a licitação no IPHAN.
>
> Na BCEB – consta no levantamento apresentado em 2015, 2016 e 2017 a necessidade de revisão geral das instalações com ampliação da rede elétrica e lógica. Depende de recursos orçamentário e financeiro para a execução.

Como se observa na resposta apresentada, os problemas são de conhecimento da gestão, no entanto, registra-se que ações tomadas no sentido de sanear as deficiências e necessidades das unidades não lograram êxito, pois dependiam de decisões externas envolvendo a locação de outro imóvel, licitação no IPHAN ou liberação de recursos orçamentários e financeiros.

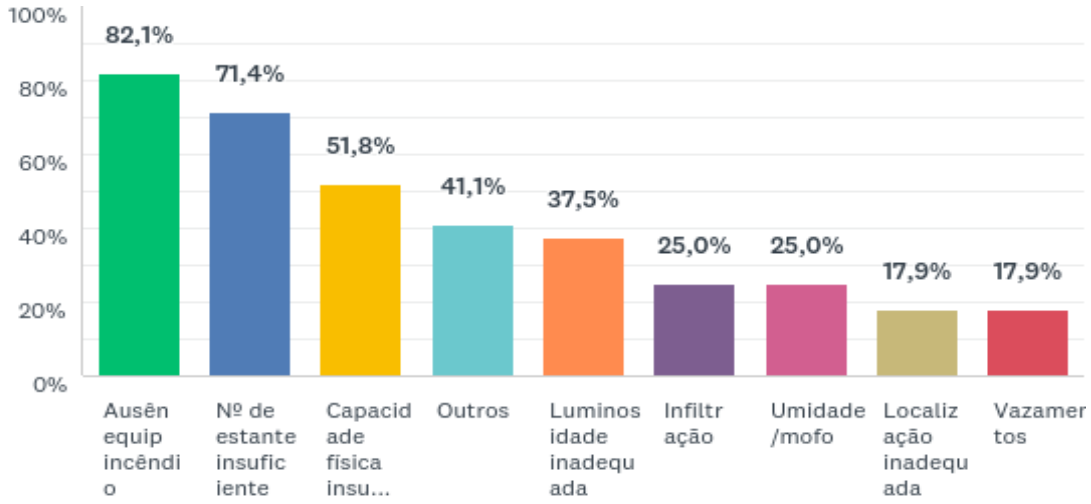
Das respostas ao questionário aplicado nas bibliotecas municipais verificou-se que 14,29% das 56 unidades respondentes fizeram alguma revisão nas instalações elétricas no ano de 2018, 23,21% em 2017, 12,50% no ano de 2016 e 5% realizou em 2015. Cabe registrar ainda que 44,64% disseram ter feito em anos anteriores e outras respostas a exemplo de: “não me recordo”, “nunca houve”, “o prédio é alugado e estamos no mesmo faz 8 meses”.

Registre-se que revisões periódicas devem fazer parte da rotina de manutenção, tanto em prédios novos, como em reformados. Quando algo de anormal for detectado, os reparos devem ser providenciados, com urgência, a fim de evitar a ocorrência de algum sinistro e maiores prejuízos ao acervo e ao prédio.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

O Gráfico a seguir ilustra a incidência de vários tipos de problemas relacionados a estrutura física das bibliotecas que compõem o SEBP.

GRÁFICO 01 - Tipos de problemas relacionados a estrutura física dos prédios das unidades estaduais vistoriadas pela Auditoria



II.2. Do acervo bibliográfico das Bibliotecas Estaduais integrantes do SEBP

2.1 Renovação do acervo bibliográfico, quase que exclusivamente, por meio de doações

Verificamos que o estoque de obras nas bibliotecas estaduais têm sido renovado, exclusivamente, por meio de doações realizadas pela comunidade ou por pessoas jurídicas.

Nas bibliotecas pode se encontrar toda sorte de documentos, desde livros, jornais e outras publicações periódicas, bem como audiovisuais, eletrônicos, selos, postais e obras de arte, entre outros. O conjunto destes documentos forma o acervo bibliográfico.

De modo a enriquecer o seu acervo, as bibliotecas públicas recorrem a várias formas de aquisição de livros, que podem ser realizadas através de compra, doação ou permuta. Porém o que se verificou durante os exames auditoriais foi que a maioria dos livros adquiridos pelo SEBP, sobretudo nas bibliotecas estaduais, desde o ano de 2010, foi exclusivamente por meio de doações.

Cabe ressaltar que o Decreto n° 13.394 de 31/10/2011, que institui o Plano Estadual do Livro e da Leitura da Bahia (PELL-BA), tem como objetivo assegurar a democratização do acesso ao livro, incentivar e valorizar a leitura e fortalecer o

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento da economia estadual. Apesar do exposto, percebe-se que desde a sua edição, muito pouco foi feito para implementar ações que promovam, efetivamente, o acesso da população baiana à leitura e a cultura.

Importa registrar que em 11/09/2008 ingressou na Assembleia Legislativa Projeto de Lei nº 17.479 com a proposição de instituir a Política Estadual do Livro, entretanto, em consulta realizada no site da Assembleia Legislativa da Bahia – Alba, verificamos que após tramitar por vários relatores e comissões, em 02/02/2015, fundamentado no Art. 122 do Regimento Interno, o projeto foi encaminhado para arquivamento sem sequer ter ingressado em pauta para votação.

A ausência de investimentos na área da educação e cultura, bem como a falta de uma legislação específica que determine um valor mínimo a ser investido para a renovação dos acervos das bibliotecas tem contribuído para o descaso com que vem se tratando essa situação.

De acordo com o Manual de Princípios e Diretrizes das Bibliotecas Públicas, instituído pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) em 2010, a atualização constante das obras do acervo faz-se necessária a fim de que os serviços e produtos disponibilizados aos usuários cheguem com qualidade e em tempo hábil para atender as suas necessidades de informação e propiciar que as metas de desenvolvimento do indivíduo e da comunidade sejam alcançados.

Ainda, segundo a orientação do Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, ocorrido em Salvador, Bahia, em março de 1998, e distribuído para todo o País: "*As colecções (sic) devem reflectir (sic) as tendências actuais (sic) e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação*".

Com vistas a obter informações acerca da situação das unidades, por meio da Solicitação nº RC 002/2018, questionamos sobre quais as ações executadas pela Diretoria de Bibliotecas Públicas DIBIP para o cumprimento da meta do PPA 2016/2019, relacionada à ampliação dos acervos bibliográficos, iconográficos e documentais dos equipamentos culturais da FPC, tendo em vista que constatamos que não houve novas aquisições desde o ano de 2010.

Em sua resposta, por meio de documento encaminhado a auditoria em 31/10/2018, o Gestor afirma que:

> Em razão do Decreto n° 16.417/2015, que estabeleceu medidas de contingenciamento das despesas com gastos públicos, a Fundação Pedro Calmon – FPC não dispôs de concessão orçamentária suficiente para proceder à aquisição de acervo bibliográfico para a Biblioteca Francisco Vicente Vianna, unidade do Arquivo Público do estado da Bahia – APEB, especializada em história da Bahia, bem como para as Bibliotecas Públicas Estaduais.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

> **A ampliação do acervo das unidades finalísticas da FPC ocorre, atualmente, através de doação** de livros, periódicos, multimeios, documentos textuais e iconográficos, dentre outros, feitas por instituições públicas e privadas, pessoas física e jurídica. Bem como através de renovação de assinatura de periódicos. Esta ação encontra-se identificada em Relatórios de Atividades encaminhados, mensalmente, pelas unidades finalísticas APEB e Diretoria de Bibliotecas Públicas do Estado da Bahia – DIBIP e compilados no Sistema de Acompanhamento – Siac, utilizado pela FPC.
>
> *(Grifo nosso)*

A resposta apresentada pelo Gestor corrobora o fato de que o Estado da Bahia, por meio da FPC, não tem investido financeiramente na renovação do seu acervo bibliográfico, de maneira que a atualização das obras tem sido feita, como já informado, apenas por meio das doações realizadas pelas pessoas físicas e instituições públicas ou privadas.

O fato é que por serem as doações uma ocorrência isolada e incerta, dependente da disponibilidade de terceiros, não pode a renovação do acervo bibliográfico, das unidades integrantes do SEBP, ser completamente dependente desta situação.

Durante as entrevistas realizadas com o corpo diretor das bibliotecas foi possível identificar os desafios enfrentados pelas gestoras, dada a ausência de investimentos para a renovação do acervo bibliográfico, tendo sido confirmada a absoluta falta de investimento na aquisição de acervo, desde 2010.

Tal situação, segundo questionário aplicado a outras unidades do Sistema, não é muito diferente nas bibliotecas municipais, onde foi possível verificar que esta situação vem se repetindo. Conforme respostas obtidas por meio do questionário encaminhado aos gestores das Bibliotecas Municipais, foi possível verificar que 96% dos respondentes afirmaram que as doações são a principal forma de aquisição das obras de seu acervo bibliográfico.

Conclui-se que a ausência de investimentos, há mais de 08 (oito) anos, para a renovação de acervo do SEBP tem contribuído para tornar as suas obras obsoletas e pouco atraentes, afastando, ainda mais, os frequentadores das bibliotecas públicas, pela carência de obras atualizadas, já que o acervo bibliográfico deve ser um recurso dinâmico e para tanto requer uma movimentação constante de materiais a fim de garantir a sua renovação e relevância para a comunidade.

Em tempos em que a evolução tecnológica vem contribuindo para a mudança de hábitos da sociedade, no quesito relativo à leitura de livros, sobretudo ao uso das bibliotecas públicas, estas precisam se manter atrativas, com obras atuais e recursos tecnológicos, tais como: jornais, revistas e outras publicações periódicas, documentos audiovisuais, eletrônicos e interativos.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Sabe-se que as bibliotecas públicas têm e desempenham funções relevantes na disseminação da cultura e do conhecimento, influenciando, deste modo, a vida quotidiana dos cidadãos e, bem assim, são um dos componentes essenciais para concretização da política de incentivo à educação.

Face ao exposto, a FPC deve investir na renovação constante do acervo de suas unidades, a fim de manter o nível de interesse da comunidade e suprir as necessidades dos seus usuários.

2.2 Não renovação das assinaturas de periódicos desde o ano de 2016

Durante as inspeções realizadas nas bibliotecas públicas estaduais integrantes do SEBP verificamos a ausência de assinaturas de periódicos, além de constatarmos que a renovação das assinaturas deste tipo de acervo não ocorre há, pelo menos, 02 (dois) anos, desde 2016.

A situação em comento foi, inclusive, alvo de denúncia veiculada na mídia em forma de "Carta Pública" endereçada ao governador Rui Costa, publicada em fevereiro de 2018 no Jornal Correio da Bahia. O manifesto do Jornalista Cláudio Leal[2] (disponível em http://www.twitlonger.com/show/n_1sqeqj0) denunciava, além de outros problemas, a ausência de jornais diários locais e nacionais, na Biblioteca Central dos Barris. O excerto a seguir, destaca trecho da referida carta, alusiva ao fato em comento.

> Sem querer contrariar a irrelevância da cultura em seu governo, informo-lhe que a velha biblioteca continua a não receber nenhuma assinatura de jornais locais e nacionais. A seção de consulta a periódicos, antes repleta de frequentadores, sofre um processo de desertificação.
>
> São quase dois anos de incúria, de estúpida austeridade e de grosseria contra leitores e pesquisadores. Um ato de desprezo à memória histórica da Bahia. De acordo com os funcionários, desde junho de 2016 a remessa de publicações foi cortada em razão de estranhas burocracias, inéditas em quase dois séculos de serviços públicos, agora humilhados pelo desinteresse oficial de solucionar esse impasse.
>
> Conforme apurei, usuários e funcionários chegam a doar seus jornais para corrigir parte da lacuna do acervo da biblioteca. Esta história é comovente, mas deveria lhe indignar tanto quanto a mim, porque o dinheiro para a manutenção é mínimo. Uma assinatura do jornal "A Tarde" custa R$ 65 por mês (felizmente, a maior parte do acervo está digitalizada). O "Correio" custa uma pechincha […]
>
> (Jornal Correio da Bahia, de 28/02/2018.)

[2]Também disponível em https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/biblioteca-central-reforca-descaso-com-a-pesquisa-e-a-memoria/.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Constatamos, por meio dos exames auditoriais, realizados *in loco*, que a situação denunciada pela carta, não só é realidade na biblioteca Central dos Barris, bem como, na totalidade das demais bibliotecas estaduais.

O Manual de Princípios e Diretrizes das Bibliotecas Públicas, instituído pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas em 2010, define o conceito de periódicos como sendo obras publicadas em espaços de tempo predeterminados, tais como: jornais, revistas, boletins informativos, recortes e outros materiais de publicação periódica, retrospectivos e correntes, para pronta informação e pesquisa.

O referido manual, ainda, elenca uma **coleção mínima sugerida**, **a ser seguida pelas bibliotecas** integrantes do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP):

- Um jornal diário estadual ou local;
- Um jornal diário de grande circulação nacional;
- Uma revista geral informativa (com periodicidade semanal);
- Revistas femininas;
- Revistas do tipo "faça você mesmo";
- Revistas infantojuvenis;
- Revistas de circulação dirigida (pais, jovens, crianças, saúde, novas tecnologias, ciências, agricultura, esporte, música).

Além de não possuírem nenhuma assinatura contratada pela FPC, de jornal diário estadual ou local, também não há assinaturas de jornais diários nacionais, nem de revistas de qualquer tema informativo, sendo a única exceção, a assinatura do Diário Oficial do Estado da Bahia, disponível na Biblioteca Central dos Barris.

Convém enfatizar que o jornal é um veículo de informação dinâmico, que se atualiza diariamente, principalmente se considerarmos que nem todas as pessoas têm acesso à internet nesse país. É importante olhar a situação sobre o aspecto prático e do amplo acesso a todo e qualquer tipo de público. Cabe frisar que, por seu porte e importância, a Biblioteca Central deveria contar com periódicos não apenas nacionais, mas também os principais do exterior.

Essa situação tem forte impacto na realidade da população, diante do atual estágio de crise econômica vivenciado pelo país. De acordo com os dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a taxa de desemprego total da População Economicamente Ativa (PEA) da Região Metropolitana de Salvador aumentou, ao passar de 25,4% para 26,7%, entre agosto e setembro de 2018. O contingente de desempregados foi estimado em 544 mil pessoas, assim, percebe-se que mais de um quarto da população baiana encontra-se desempregada, sendo muitas vezes os jornais diários sua única fonte de informação e chance de verificar oportunidades de emprego.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

A ausência de jornais diários locais, estaduais e nacionais, bem como de revistas e demais periódicos, afasta os frequentadores das bibliotecas, sobretudo os aposentados e desempregados, que só vêm à biblioteca para leitura do jornal, utilizando-se dessa parte do acervo como principal fonte de informação. Já os pesquisadores e pós-graduandos realizam mais a consulta ao acervo histórico-documental e aos periódicos retrospectivos, sendo que esse público específico também tem deixado de frequentar as bibliotecas pelos mesmos motivos.

A falta de investimentos na área da educação, bem como de uma legislação específica que determine um valor mínimo a ser investido para a renovação dos acervos das bibliotecas tem contribuído para o descaso com que vem se tratando esse fato.

Com vistas a obter informações acerca dessa situação nas unidades do SEBP, por meio da Solicitação nº RC 002/2018, solicitamos que fosse apresentada justificativa para a não renovação das assinaturas de jornais locais, estaduais e nacionais, bem como revistas e outros periódicos desde o ano de 2016. Além disso, também requisitamos que fosse informado como se pretende modernizar tais unidades, já que, atualmente, nenhuma possui contratos vigentes de assinatura de jornais e/ou revistas, apesar do setor de periódicos ser o mais utilizado pelos usuários, segundo a Diretora da Biblioteca Central dos Barris.

Em sua resposta, por meio de documento encaminhado em 31/10/2018, o Gestor afirmou que:

> Atualmente existe processo aberto que visa à reativação de todas as assinaturas para contemplar as Unidades do Sistema.
>
> Vale lembrar que o grande número de acesso nos setores de periódicos, sobretudo na BCEB, ocorre pela busca do serviço prestado à comunidade na conferência da autenticidade do original com a cópia de um periódico (Jornais locais e Diário Oficial), “Fé Pública”, que podem ser utilizados em processos jurídicos. A BCEB possui periódicos antigos e raros, e é diariamente frequentada por pesquisadores, mantendo a estatística no setor sempre equilibrada.

Como complementação à resposta anterior, por meio de documento enviado a esta Corte de Contas, em 07/11/2018 o Gestor acrescenta que foram abertos em 2017 diversos processos para assinatura de periódicos com assinatura específica para atendimento à demanda das bibliotecas, **porém foram arquivados por falta de concessão financeira**. As pretendidas assinaturas seriam:

a) Assinatura do Jornal Tribuna da Bahia;
b) Assinatura da Revista Superinteressante;
c) Assinatura da Revista Turma da Mônica;
d) Assinatura da Revista Carta Capital;

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

e) Assinatura do jornal A Tarde;
f) Assinatura da Revista Isto É;
g) Assinatura da Revista Recreio;
h) Assinatura do Jornal Correio;
i) Assinatura da Revista Veja; e,
j) Assinatura da Revista Época.

O Gestor afirma que atualmente existe processo aberto para reativação de todas as assinaturas para contemplar as Unidades do Sistema, porém não firma um prazo provável para reativação dessas assinaturas.

Vale ressaltar que a ausência da renovação dos jornais e demais periódicos nas unidades integrantes do SEBP produz não só efeitos presentes, mas, na medida em que não supre a necessidade imediata de informação dos seus frequentadores, também prejudica futuros usuários, já que as lacunas produzidas desde o ano de 2016, por não receber continuamente jornais diários e outros periódicos, serão enfrentadas adiante por outros pesquisadores e historiadores.

Assim, conclui-se que a não renovação das assinaturas de jornais e demais periódicos além de contribuir para o afastamento dos frequentadores usuais dessa parte do acervo bibliográfico das unidades, pode, ainda prejudicar as futuras pesquisas históricas a serem realizadas relativas a esse interregno, do ano de 2016 até o presente exercício.

2.3 Local de conservação e guarda do acervo apresentando condições ambientais prejudiciais a sua vida útil

Verificamos que, na maioria das unidades mantidas pelo Governo do Estado da Bahia, uma parte substancial dos livros do acervo bibliográfico, que ainda está em processo de catalogação e/ou registro, encontra-se armazenada em locais cujas condições de conservação são inadequadas, amontoadas, sem o processamento técnico devido**,** pondo em risco a vida útil dos mesmos.

Na Biblioteca Central dos Barris, por exemplo, verificou-se que havia livros que se encontravam guardados em caixas empilhadas no chão, em vez de estarem arrumados nas estantes, elevando o risco de danos ao acervo. Além disso percebeu-se uma má qualidade do ambiente, com mofo e odor desagradável.

De acordo com as verificações acima apresentadas, a vida útil do acervo depositado em tais ambientes, aguardando catalogação e/ou registro, encontra-se prejudicada.

Constata-se, ainda, que enquanto unidade responsável pela gestão do acervo, a DIBIP/FPC não tem administrado, fiscalizado e acompanhado de forma diligente as atividades e rotinas desempenhadas nas bibliotecas do sistema, especialmente as estaduais, sobretudo no que se refere às condições do ambiente de leitura/ trabalho,

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

que não apenas prejudicam o acervo, mas expõe a riscos a saúde de usuários e funcionários.

2.4 Intempestividade no tratamento documental do acervo das bibliotecas

Verificamos durante as visitas técnicas realizadas nas bibliotecas estaduais que o tratamento documental das obras do acervo encontra-se prejudicado, pois constatou-se que um percentual significativo de obras/exemplares não se encontra registrado no sistema gerenciador de arquivos utilizado pelo SEBP, denominado Sistema *Pergamum*.

O referido Sistema contempla as principais funções de uma biblioteca, funcionando de forma integrada, com o objetivo de arquivar os registros de todas as obras que compõem o acervo bibliográfico de cada unidade integrante do SEBP. O referido sistema atua como uma ferramenta que permite a realização de determinadas tarefas de forma automatizada, de modo a operacionalizar o cadastramento, o gerenciamento das informações, emissão de relatórios, realização de inventários, dentre outras.

Impende salientar que qualquer material que faça parte do acervo da biblioteca, deve ser registrado ou tombado, este registro representa fielmente toda a coleção e documenta o patrimônio da biblioteca. As baixas, com as respectivas justificativas, sofridas pela coleção devem, também, ser registradas no Sistema. Ademais, a catalogação tempestiva das publicações existentes na biblioteca, permitirá o acesso rápido e eficiente à informação.

Vale ressaltar que uma boa gestão do acervo perpassa pela adequada fiscalização dos procedimentos de tratamento documental, que são procedimentos que ocorrem desde a recepção e verificação dos livros adquiridos pela biblioteca, passando pelo registro, catalogação, arrumação nas estantes das bibliotecas até a sua disponibilização para os usuários.

Durante nossos exames identificamos, quanto ao número de exemplares catalogados e a catalogar, divergências entre as informações fornecidas pelas gestoras das bibliotecas em entrevista e as constantes dos relatórios semestrais de cada unidade.

A fim de dirimir qualquer dúvida acerca do assunto e dimensionar o tamanho do problema representado pela intempestividade no processamento técnico dos exemplares, além dos questionamentos realizados durante as inspeções físicas, apresentamos, por meio de correio eletrônico, enviado em 18/10/2018, solicitação de esclarecimentos às gestoras das unidades, tendo obtido como resposta as informações sintetizadas no quadro a seguir:

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

QUADRO 04 - Quantitativo de exemplares de livros registrados e não registrados no Sistema *Pergamum*

Biblioteca	N° de exemplares com registro	N° De exemplares sem registro	Proporção de exemplares sem registro/exemplares com registro
Central (BCEB)	109.073	66.762	61,20%
Thales de Azevedo	23.837	18.690	78,40%
JMJ. Salvador	15.591	11.010	70,61%
JMJ. Itaparica	12.996	7.392	56,87%
Monteiro Lobato	19.251	3.800	19,73%
Anísio Teixeira	9.610	1.670	17,37%

Fonte: Entrevistas e correios eletrônicos enviados entre 18/10/2018 e 28/11/2018.

Da análise dos dados apresentados no quadro anterior, referente ao número de exemplares de livros registrados e não registrados no Sistema *Pergamum*, verifica-se que a maioria das bibliotecas apresenta um número bastante significativo do acervo ainda não catalogado no referido Sistema, situação que vem se agravando com o decorrer do tempo.

Outrossim, a ausência de um prazo estabelecido para a realização diária ou semanal dos registros das obras no Sistema, fez com que não fosse possível processar de forma adequada os livros adquiridos por meio de doações, tampouco facilitou a conclusão do processamento dos livros acumulados, pelo contrário, favoreceu a ocorrência de tal situação.

O elevado déficit de obras não registradas no sistema *Pergamum* revela uma limitação na capacidade operacional das bibliotecas e, por consequência, o não acompanhamento efetivo dos procedimentos de tratamento de livros adquiridos, já que se percebe que as obras não estão sendo registradas com uma periodicidade adequada.

Ademais, convém salientar que a intempestividade no cadastramento e registro das obras no Sistema promove um diagnóstico não representativo da real situação do acervo de cada unidade, quantitativa e qualitativamente, prejudicando, inclusive, o planejamento de aquisição de novos exemplares, para atualização do acervo bibliográfico das unidades.

Verifica-se, desse modo, uma deficiente gestão do acervo em quase todas as unidades do Sistema Estadual. A Auditoria entende que o principal catalisador destas falhas é a falta de planejamento referente ao estabelecimento de procedimentos e rotinas mínimas relativas às atividades de registro e catalogação das suas obras.

Tal situação tende a provocar a obsolescência estéril de certos títulos, uma vez que determinadas obras podem ser consideradas defasadas ou inúteis, pelo simples fato

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

de não terem sido disponibilizados tempestivamente para uso do público, por falta de um processamento técnico adequado, em todas as suas etapas.

As unidades integrantes do SEBP devem promover o acesso à informação, por meio de programas cooperativos e de racionalização, estabelecendo políticas, compartilhando recursos e normalizando procedimentos, com o objetivo de criar condições para o funcionamento sistêmico de suas bibliotecas.

II.3 Dos usuários do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas

3.1. Subutilização das bibliotecas pelos usuários

Durante entrevista com as responsáveis pelas bibliotecas estaduais, perguntou-se sobre a frequência mensal estimada de usuários da unidade, sobre o perfil desses usuários em relação à faixa etária e quanto à escolaridade dos mesmos e obtendo-se como resposta o que registra ao quadro a seguir:

QUADRO 05 - Perfil dos usuários das Bibliotecas Estaduais que compõem o SEBP

Biblioteca	Frequência Mensal	Faixa Etária Predominante	Escolaridade Predominante	Observação
Central	+ de 4.000	16 a 30 anos	2° e 3° grau completo	Atende muitos pesquisadores. Desde 2017 há uma procura muito grande dos servidores públicos do Estado aos D.O.E.
Monteiro Lobato	+ de 1.600	Crianças pequenas até 59 anos	1° grau incompleto até o 3°grau completo	A faixa etária é bastante diversificada.
Anisio Teixeira	+/- 500	12 a 60 anos	Fundamental ao médio	Faixa etária muito variada, de acordo com as atividades culturais.
Juracy M. Junior (Itaparica)	51 a 100	A partir de 6 anos	1° grau incompleto até o 2° completo	Faixa etária e escolaridade variada.
Juracy M. Junior (Salvador)	701 a 1000	22 a 35 anos	1° grau incompleto até o 3° completo	Muito frequentada pelos maiores de 60 anos.
Thales de Azevedo	301 a 400	0 a 22 anos	1° grau incompleto até o 2° completo	Muito frequentada pelos maiores de 60 anos. Também pelo de nível superior que estudava para concursos públicos, porém com a falta de climatização houve a evasão desse público.

Fonte: Termo de Entrevista.

Constatou-se que as bibliotecas públicas não estão sendo utilizadas na sua plenitude, deixando de oferecer seus serviços aos usuários de forma mais abrangente, quantitativa e qualitativamente.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Isto decorre da falta de valorização e principalmente de investimento financeiro por parte do poder público, afetando negativamente o Sistema, a modernização da sua estrutura física como um todo, recursos humanos, tecnológicos, treinamento para usuários, renovação e cuidado do acervo, além das atividades culturais oferecidas, dentre outros.

Todos esses fatores vêm reprimindo de forma crescente a demanda por parte dos usuários, fazendo com que a equipe administrativa desses espaços culturais tenham mais dificuldades para desempenhar e prestar atendimento de qualidade, despendendo grande esforço pessoal para que usuários frequentes se sintam motivados a continuar frequentando as bibliotecas e, ainda, atrair a presença de novos usuários.

Também foi questionado a realização de curso e/ou treinamento para usuários, orientando-os quanto ao uso e aproveitamento dos recursos oferecidos pela biblioteca. Indagou-se, ainda, sobre a realização de atividades, em que áreas de interesse foram oferecidas e se consta da programação da biblioteca para o ano de 2018, algum curso ou treinamento para usuários.

Apesar da falta de investimento, já comentada anteriormente, em resposta a essa pergunta, todas as bibliotecas estaduais informaram ter realizado vários cursos, apresentando as atividades que foram desenvolvidas e em que áreas, sendo que a maioria informou que o trabalho de orientação é feito de maneira informal pelos próprios funcionários, por meio da visita guiada, onde apresentam a biblioteca aos usuários de forma individualizada, orientando-os sobre formas de uso e funcionamento, bem como os acompanham durante as consultas.

A título de exemplo podemos citar a Biblioteca Monteiro Lobato, que, por ser voltada para o público infanto-juvenil, ofereceu, ainda, Oficina de informática, curso elaboração de curriculum, oficina de artesanato para as mães do teatro. Podemos citar, ainda, o Curso de Braile realizado pela Biblioteca Central, bem como o Curso de LIBRAS, realizado pela Biblioteca Anísio Teixeira.

Por fim, foi questionado, ainda, qual a programação atual de cursos e/ou treinamentos de relações interpessoais para a capacitação dos servidores que atuam junto ao público e quais foram os últimos cursos ou treinamentos realizados, tendo-se obtido a seguinte resposta:

Central: Treinamento no *Pergamum*, busca na internet, instrução para organização de bibliotecas privadas realizado pelo Instituto Geográfico, buscas pela Biblioteca Pública do Estado.

Monteiro Lobato: Foram realizados dois cursos esse ano: Comunicação e Relação Interpessoal.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Anisio Teixeira: Um funcionário fez o treinamento na Biblioteca Pública do Estado (Universidade Corporativa) e outro fez o curso de Auxiliar Administrativo. Houve, até o primeiro semestre, Treinamento para Auxiliar Administrativo, Curso para Auxiliar de Biblioteca, Conecta/*Pergamum,* SEI.

Juracy Magalhães Júnior (Itaparica): Informou que não há programação e que o último curso que participaram foi sobre a utilização do Sistema *Pergamum*. Ainda, complementou que apesar de receberem convites para participarem dos cursos, não podem participar devido à falta de pessoal, pois como só há uma única bibliotecária, no cargo de direção da unidade, impossibilita a participação nas capacitações.

Juracy Magalhães Júnior (Salvador): Não há programação atual de cursos e/ou treinamentos de relações interpessoais para a capacitação dos servidores que atuam junto ao público. Os últimos cursos ou treinamentos realizados, de acordo com o que consta no Relatório Semestral de Atividades – 2018, foram: Capacitação SEI (Sistema Eletrônico de Informação), Treinamento de Bibliotecários para Catalogação no *Pergamum*, Curso de Auxiliares de Biblioteca, Formação on-line com o Conecta Biblioteca e o II Encontro Nacional do Programa Conecta Bibliotecas.

Thales de Azevedo: Foi informado que a programação vai de acordo com os cursos oferecidos pela SAEB. Os últimos cursos ou treinamentos realizados, de acordo com o que consta no Relatório Semestral de Atividades – 2018, foram: Capacitação SEI (Sistema Eletrônico de Informação), Treinamento de Bibliotecários para Catalogação no Pergamum, Pré-formação sobre como contar estórias, Capacitação Auxiliar Administrativo, Braille e Relações Interpessoais.

Em relação as bibliotecas municipais foi informado que a frequência mensal de usuários se concentra entre 101 e 200 (26%), entre 51 e 100 (18%), até 30 (20%) e até 50 (12%). A diferença de 24% está distribuída entre 201 e 300 até acima de 1000.

Se tratando do perfil dos usuários em relação a faixa etária, foi observada uma grande concentração na categoria entre 6 e 17 anos, representando 84% dos usuários das bibliotecas. Consequentemente, tratando-se do perfil dos usuários em relação a escolaridade houve predominância de usuários de 1º grau incompleto (60%).

A maioria das bibliotecas municipais (74%) que responderam não ofereceram cursos ou treinamentos para usuários que os orientasse quanto ao uso e aproveitamento dos recursos oferecidos por elas.

Observa-se que o público é bastante diversificado, porém o número de usuários é considerado pequeno, poderia ser maior. Nota-se também que são parcos os

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

investimentos em cursos para treinamento dos usuários quanto ao uso e conhecimento de todos os recursos disponíveis na biblioteca, para que haja um aproveitamento melhor, sendo feita essa orientação, na maioria das vezes, de maneira informal.

A partir dos fatos observados e informações dadas pelas responsáveis das unidades quando da inspeção, foi percebido que as bibliotecas estão sendo subutilizadas, como consequência das condições inadequadas em que se encontram e da falta de condição de oferecer mais atrativos para seus usuários, apesar do imenso sacrifício, desempenho e comprometimento pessoal das bibliotecárias em prestar um atendimento de maneira diferenciada e satisfatória para seus usuários.

Para a Auditoria, ficou evidente no presente trabalho que a perpetuação dos diversos problemas identificados nas unidades estaduais, integrantes do SEBP, tendem a afastar o público das bibliotecas.

Entende-se que os usuários são os responsáveis e razão de existência de uma biblioteca, devendo esta, pois, se adequar e procurar satisfazer às necessidades informacionais e aos comportamentos de busca e uso de informação deles, colaborando ao máximo no acesso da informação desejada, fazendo com que eles se sintam motivados e interessados a retornar mais vezes.

Necessário se faz que haja uma maior valorização, preocupação e atuação por parte do poder público para investir mais recursos financeiros, possibilitando que as bibliotecas tenham estrutura física e instalações adequadas, dispondo de recursos tecnológicos, pessoal especializado, acervo atualizado e em número suficiente para atender de maneira satisfatória qualitativo e quantitativo aos seus usuários.

II.4 Dos Recursos Tecnológicos e Humanos

4.1 Recursos Tecnológicos

a) Ausência de investimentos para modernização e aquisição de novos computadores.

Verificamos que não houve aquisição de novos computadores, notebooks e/ou similares para as bibliotecas públicas estaduais integrantes do SEBP no período de 2016 a 2018 e que o número de equipamentos eletrônicos, mas especificamente computadores e notebooks, são insuficientes para atender a demanda de serviços existentes nas unidades.

Além de insuficientes, os recursos tecnológicos existentes nas unidades do Sistema não estão em condições de uso ou não são de propriedade da FPC.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Questionamos a Fundação, por meio da Solicitação nº RC 002/2018, acerca da situação atual dos recursos tecnológicos existentes nas unidades do Sistema (sua condição de uso, sua suficiência para atender a demanda, discriminando por Unidade, se o quantitativo informado e suficiente para atender a demanda do sistema, condição de uso e propriedade

O Gestor, por seu turno, no Documento s/nº de 31/10/2018, esclareceu:

> Para atender às necessidades tecnológicas das unidades que integram o SEBP o Núcleo de Informática realizou levantamento para identificar a quantidade de computadores necessários que atendam às demandas das bibliotecas. Em 16 de abril do corrente ano foi iniciado um processo para aquisição de 150(cento e cinquenta) computadores para atender a Fundação Pedro Calmon e suas unidades vinculadas cujo o Processo no SEI n. 057.1956.2018.0000265-08. Obteve parecer final da SAEB orientando "ativação da nova Ata para aquisição dos equipamentos". Ressaltamos que em 2017, houve abertura de processo (físico nº 0609170002584), para aquisição de 110(cento e dez) qual foi encerrado por inexistência de dotação orçamentária.

Informa o Gestor que mesmo realizando o levantamento das necessidades, a fim de solucionar o deficit de computadores, e ter iniciado o processo de compra as ações executadas não lograram êxito por inexistência de dotação orçamentária.

O levantamento que foi citado não nos foi apresentado, entretanto, os questionários aplicados responderam que as unidades possuem imensa dificuldade para realizar as atividades pois os recursos tecnológicos em condições de uso são poucos, e os que existem estão defasados, ocasionando às vezes revezamento de máquinas entre os funcionários ou utilização de máquinas de programas como Infocentro, de responsabilidade de outra secretaria (SETRE), para dar continuidade a operacionalização das bibliotecas.

Vale ressaltar que mesmo considerando o meio eletrônico mais disponibilizado para os usuários pelas unidades (58%) o questionário aplicado às unidades municipais nos revelaram que 62% das bibliotecas não fizeram aquisição de equipamentos eletrônicos no período de 2016 a 2018.

Conclui-se que a ausência de investimentos, desde o ano de 2010, para a renovação do acervo tecnológico do SEBP tem contribuído para a obsolescência dos equipamentos tornado-os pouco atraente e contribuindo para o afastamento dos frequentadores das bibliotecas públicas.

b) Ausência de acesso à internet para os usuários nas unidades

Constatamos que as unidades não disponibilizam acesso à internet para os usuários a fim de possibilitar o uso da rede mundial de computadores. A situação se configura

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

pelo fato das unidades não possuírem link de acesso com performance suficiente para atender a demanda interna e externa.

Com vistas a obter informações acerca da situação das unidades, por meio da Solicitação nº RC 002/2018, questionamos quais as ações planejadas e/ou implementadas a fim de sanear o problema.

O Gestor por seu turno apresentou os seguintes esclarecimentos:

> A Biblioteca Central do Estado da Bahia possui um aparelho de acesso ao WIFI com link de 7 megas. Encontra-se em andamento a substituição dos equipamentos Access Point com uma performance mais adequada para aprimorar o atendimento da Unidade.
>
> N° do processo de compra de Access Point (057.1956.2018.0000482-26).
>
> No intuito de implantar e melhorar o sinal de internet e disponibilizar o WIFI para todas as unidades, foi solicitado à Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – PRODEB, avaliar a viabilidade da implantação da Infovia Digital Bahia nos espaços das Bibliotecas, com um link de 10 Megas reais. A solicitação encontra-se na PRODEB, em andamento.

A Biblioteca Central apenas disponibiliza internet no 1º piso, restringindo e limitando o amplo acesso a rede pelos usuários que utilizam as outras salas da biblioteca.

Dados do Relatório de Diagnóstico 2018, encaminhado pela Diretora da Unidade Juracy Magalhães Júnior - Salvador, revela o impacto da situação apontada:

> Outro fator importante para a perda de usuários, que não pode ser mensurado é a falta de uma rede WIFI na Unidade. A Unidade não possui dados estatísticos que comprovem essa realidade, contudo empiricamente, nota-se que vários leitores que vieram em busca de internet para utilizar seus próprios equipamentos eletrônicos, deixaram a Unidade pela falta do mesmo.

No âmbito das bibliotecas municipais identificamos que apenas 46% destas disponibilizam serviço de acesso público à internet contra 42% que não conseguem oferecer o serviço. Ainda assim a situação encontrada na rede municipal é mais benéfica que a situação das bibliotecas estaduais.

Cabe citar que o Manifesto da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições - IFLA sobre a Internet, em compatibilidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, particularmente com o Artigo 19, diz que:

> Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de ter opiniões sem interferência, e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios de comunicação e independentemente de fronteiras.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Ademais declara o citado Manifesto que:

> O livre acesso à informação é essencial para a liberdade, a igualdade, o entendimento mundial e a paz. Portanto, a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA) declara que:
>
> A liberdade intelectual é um direito de cada indivíduo, tanto no sentido de ter e manifestar suas opiniões, como de procurar e receber informação. É a base da democracia e está na essência do serviço bibliotecário.
>
> A liberdade de acesso à informação, independentemente de suporte e fronteiras, é uma responsabilidade primordial da biblioteca e dos profissionais da informação.
>
> O livre acesso à Internet, oferecido pelas bibliotecas e serviços de informação, contribui para que as comunidades e os indivíduos atinjam a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento.
>
> As barreiras para a circulação da informação devem ser removidas, especialmente aquelas que favorecem a desigualdade, a pobreza e o desespero.

4.2 Recursos Humanos

Apontamentos relativos ao quadro de pessoal da FPC - Fundação Pedro Calmon vem sendo objeto de reiterados registros nos relatórios de auditoria desse Tribunal, notadamente, a partir do exercício 2011, e mais especificamente em relação ao Arquivo Público do Estado da Bahia. A escassez e, portanto, insuficiência de servidores para a execução das atividades inerentes a diversas áreas da FPC.

O Relatório de Gestão apresentado a este Tribunal, no bojo da Prestação de Contas do exercício de 2017, no item 5.1, intitulado “Análise da gestão de pessoal”, registrou a seguinte informação: “Durante o período de janeiro a dezembro de 2017, 10 (dez) servidores de carreira foram aposentados e 35 (trinta e cinco) contratos sob Regime Especial Direito Administrativo – REDA foram concluídos”.

Comunicou ainda o citado relatório que a FPC mantinha no seu quadro 142 servidores em cargos comissionados sendo que, destes, apenas 08 (oito) possuíam vínculo efetivo. Identificamos também os seguintes pontos relativos ao quadro de pessoal, levantados pela Comissão de Inventário de Bens Permanentes, criada pela Portaria Nº. 202/2017, da própria Fundação:

> 5 - Da necessidade de revitalização do Setor de Patrimônio, dotando-o de pessoal e equipamentos necessários para a boa execução de suas atividades, no que diz respeito aos bens de consumo, inservíveis e móveis de usos na sua Sede e demais Unidades;
>
> 6 - O quantitativo de pessoal designado para compor a comissão de inventário é insuficiente, considerando o total de itens que compõe o acervo

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

> patrimonial da FPC que por ora conta com cerca de mais de 221.536 (duzentos e vinte e um mil, quinhentos e trinta e seis) itens, incluídos no SIAP, excetuando os adquiridos por convênios federais que estão incluídos no FLIPAN, portanto sendo premente a ampliação do quantitativo para atualização dos registros na rede. (grifos nossos)

As atividades finalísticas do órgão vem sendo exercidas por servidores contratados sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), por estagiários e/ou cargos comissionados, portanto, em caráter temporário.

Concernente ao SEBP as entrevistas realizadas na DIBIP, assim como nas Unidades do sistema estadual, revelaram que a escassez do quadro de pessoal atinge também as atividades desenvolvidas pelas bibliotecas. Nas respostas aos questionários, tanto a responsável pela DIBIP quanto as diretoras de Unidades estaduais foram unânimes em afirmar que o corpo técnico é insuficiente.

Tais constatações foram recorrentes em diversos momentos observados neste relatório, quando tratamos acerca das situações de estrutura, inventário do acervo, atendimento aos usuários e acessibilidade.

Conforme apurado, a principal causa para a situação verificada é a ausência de política governamental para a área de pessoal, tendo o Estado deixado de realizar concursos públicos para seleção de profissionais voltados a atender a área específica da Fundação.

A seguir apresentaremos pontos que carecem de medidas norteadoras observando-se os fatores internos em face das circunstâncias relacionadas aos aspectos legais que norteiam o tema.

a) Insuficiência de pessoal técnico para tratamento documental do acervo.

Verificamos que o SEBP possui demanda reprimida de seleção, classificação, catalogação e registro de livros e/ou outros materiais bibliográficos recebidos em doações ou por movimentação entre unidades, por escassez de pessoal qualificado para realizar o trabalho, conforme tratado no item II.2.4 – Intempestividade no tratamento documental do acervo das bibliotecas deste relatório de auditoria.

A expressiva quantidade de material sem processamento nas Unidades, acumulados ao longo do tempo, não só restringe a disponibilização do acervo para a comunidade como possibilita a sua deterioração visto que grande parte é acondicionado de forma indevida e/ou em local inapropriado à conservação.

b) Insuficiência de pessoal técnico para realização do inventário.

Conforme já apontado, a situação de carência do número de servidores nas bibliotecas públicas estaduais tem contribuído sobremaneira para a não realização

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

dos inventários no âmbito das bibliotecas integrantes do SEBP.

Dentre as consequências desta situação, pode ser citado o fato de que o SEBP não possui uma posição atualizada e controles efetivos relativos ao acervo existente.

c) Limitação de ações referentes a capacitação da equipe

Verificamos que as Unidades em decorrência da falta de pessoal tem dificuldades de encaminhamento de pessoal para atividades de capacitação externa, deixando, inclusive, de ter funcionários treinados para atender aos usuários com necessidades especiais, conforme apresentado pela DIBIP.

As bibliotecas públicas devem ser bem geridas e administradas e para tanto necessário se faz a melhoria da qualidade do serviço prestado, primando sempre pela eficácia e eficiência. Para a obtenção de melhores resultados, a equipe de gestão de uma biblioteca pública deve ser multidisciplinar e incluir pessoal especializado.

Nessa linha vejamos o que nos revela a Diretoria da Unidade BCEB sobre esse assunto:

> O número total de funcionários atualmente é 45, considerado insuficiente para atender à demanda da unidade. Está de fora os terceirizados (agentes de portaria, vigilantes, apoio da limpeza e copeira).
>
> Destacou ainda que o quadro funcional conta somente com 09 bibliotecários, sendo que destes 04 ocupam o cargo de subgerentes, 04 são efetivos (todos aptos a pedir aposentadoria) e 01 REDA.
>
> Considera que além de uma equipe técnica de bibliotecários e auxiliares de biblioteconomia, a BCEB precisa ter no seu quadro funcional profissionais especializados em Arquivologia, Museologia, História, Artes Plásticas, Pedagogia, devido aos materiais e serviços que a mesma oferece a população baiana, dentro da sua missão.

Cabe destacar que, desse quantitativo, 07 (sete) são servidores públicos efetivos, 18 (dezoito) são ocupantes de cargos comissionados, outros 18 (dezoito) são servidores em REDA e 01 (um) é funcionário público celetista. A Biblioteca Central dos Barris conta ainda com 01 (um) estagiário nível superior, graduando em biblioteconomia.

Diante tal cenário, torna-se dispensável relatar reiterados achados de auditoria registrados por este Tribunal que corroboram as situações destacadas no presente relato, como: limitação no atendimento dos usuários e das atividades culturais, alta rotatividade de pessoal e risco de descontinuidade das atividades.

Impende alertar a protocolização neste Tribunal, em 27/08/2018, do Ofício nº 249/2018 – 30ª PJA – GEPAM – Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa do Ministério Público do Estado,

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

onde encaminhou cópia integral dos autos do ajuizamento de Ação Civil Pública em face da FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia cujo arrazoado circula em torno da forma de provimento de recursos humanos da FUNCEB e a ausência de concurso público há mais de 10 anos.

Dentre outras providências o *Parquet* requereu a concessão de liminar para o fim de a) determinar aos acionados que afastem dos quadros da FUNCEB, todos os servidores contratados sem concurso público; b) determinar que se abstenham de contratar servidor, sem concurso público para suprir as necessidades permanentes na FUNCEB relativamente a funções típicas estatais de cargos de provimento efetivo; e c) determinar a realização de concurso público para o provimento dos cargos efetivos. Medidas estas, também recomendadas por este TCE. Administrativo – REDA foram concluídos".

II.5 Da Gestão do Sistema Estadual de Bibliotecas

5.1 Fragilidade na gestão do sistema

Durante o curso dos exames auditoriais verificamos que a FPC, por meio da Diretoria de Bibliotecas Públicas - DIBIP, não vem conseguindo cumprir adequadamente as atribuições definidas em seu respectivo Regimento Interno, especialmente em relação à gestão das unidades integrantes do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP).

De acordo com o Decreto Estadual n° 9.757/2006, que homologa a Resolução n° 002/2005 que aprovou o Regimento da Fundação Pedro Calmon, cabe a DIBIP:

> Art.13 - **À Diretoria de Bibliotecas Públicas - DIBIP, que tem por finalidade planejar, promover, acompanhar, coordenar e avaliar as ações culturais do Sistema** de Bibliotecas, **garantindo o acesso de informação geral à comunidade e estimular a prática da leitura** como instrumento para o exercício da cidadania e participação social, compete:
>
> **I. assegurar a preservação do patrimônio cultural da DIBIP**;
>
> **II. promover, junto à Diretoria Geral a recuperação e manutenção dos espaços culturais integrantes de sua Diretoria;**
>
> III. estimular e promover atividades relacionadas com bibliotecas, organizando, atualizando e difundindo seus acervos;
>
> IV. por meio da Gerência do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado da Bahia:
>
> a) propor diretrizes, compatibilizar programas e atualidades relativas ao desenvolvimento das bibliotecas integrantes do Sistema;

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

b) realizar estudos e pesquisas nas comunidades, sob orientação da DIBIP, para a ampliação, reativação e implantação de novas unidades, em articulação com as prefeituras e grupos comunitários organizados;
c) elaborar, implementar e acompanhar o programa de ação das bibliotecas;
d) promover o desenvolvimento dos recursos humanos das bibliotecas integrantes do Sistema;
e) organizar e manter atualizado o cadastro das bibliotecas municipais e estaduais;
f) orientar e estimular bibliotecas públicas municipais e comunitárias, integrantes do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado da Bahia, através da assistência técnica, da elaboração de planos, programas e projetos de criação, ampliação e atualização do acervo;
g) acompanhar o planejamento da programação cultural das bibliotecas públicas estaduais;
h) prestar assessoramento para execução de eventos culturais;
i) organizar e manter atualizados o calendário cultural, o banco de sugestões, cadastro de pessoas físicas e de entidades convidadas a participar de eventos culturais**;**

(Grifamos)

A seguir destacamos as irregularidades verificadas relacionadas a gestão deficiente do Sistema:

a) Cadastro desatualizado das bibliotecas municipais

Verificamos durante os exames auditoriais que a DIBIP/FPC não vem mantendo um cadastro organizado e atualizado com os dados das bibliotecas municipais integrantes do SEBP.

Com relação ao item “e” do Art. 13 do Regimento, relativo à competência de organizar e manter atualizado o cadastro das bibliotecas municipais e estaduais, constatamos que a DIBIP não vem logrando êxito em relação a tal atribuição, conseguindo manter a atualização do cadastro das bibliotecas municipais de maneira precária.

Para confirmar este fato, registramos que tivemos que reiterar solicitação de envio dos endereços eletrônicos de diversos responsáveis por bibliotecas municipais, uma vez que a relação encaminhada pela própria DIBIP, continha diversos dados dados inconsistentes.

Em 13/09/2018, foi apresentada pela Coordenadora do Sistema de Bibliotecas a seguinte justificativa:

> Devido às dificuldades de infraestrutura da maioria dos municípios baianos no que se refere a eficiência para promover o compartilhamento de informações nos municípios, nos casos onde as bibliotecas não possuem

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

número de telefone fixo, celular, e-mail ou rede social, buscamos contatos através dos telefones e e-mails institucionais das prefeituras e secretarias as quais as mesmas estão subordinadas.

Os argumentos suscitados sugerem a existência de uma dificuldade de comunicação entre a Diretoria de Bibliotecas Públicas – DIBIP e as unidades municipais integrantes do SEBP, o que tende a prejudicar a integração e a manutenção de parcerias com o condão de realizar capacitações e promover a melhoria a qualidade do quadro técnico e do atendimento aos usuários.

Para auxiliar a traçar um diagnóstico sobre a realidade das bibliotecas municipais, decidiu-se realizar um questionário que seria aplicado aos gestores das unidades nos Municípios. Para isso, solicitamos junto à FPC uma lista atualizada de todas as bibliotecas municipais integrantes do SEBP, bem como telefone e e-mail dos responsáveis pela biblioteca junto aos Municípios.

Inicialmente, a lista apresentada pela DIBIP continha 375 bibliotecas municipais, porém dessas, 145 estavam com o e-mail incompleto ou inexistente. Após algumas solicitações, foi apresentada lista com os prováveis e-mais faltantes.

De posse dessa lista, realizamos alguns testes, através da realização de chamadas telefônicas ou envio de e-mails, para verificar a validade das informações relativas à atualização dos e-mails e/ou dos contatos telefônicos, sendo constatado que a maioria das unidades continham e-mails ou números de telefone desatualizados.

Convém ressaltar que essa desatualização dos dados cadastrais das bibliotecas municipais pode ter forte impacto sobre a qualidade dos serviços prestados nessas unidades, uma vez que as longas distâncias entre as unidades e a DIBIP/FPC tende a dificultar o estabelecimento de uma rede integrada, já que as distâncias não podem ser encurtadas com advento da tecnologia, visto que muitas dessas unidades não tem acesso à rede mundial de computadores e/ou nem mesmo tem acesso a computadores.

b) Centralização das atividades de assistência técnica

Com relação ao item “f” do Artigo 13 do Regimento, relativo à competência de orientar e estimular bibliotecas públicas municipais e comunitárias, integrantes do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado da Bahia, através da assistência técnica, da elaboração de planos, programas e projetos de criação, ampliação e atualização do acervo, verificamos que ocorre uma concentração dessas atividades nas bibliotecas estaduais e nas unidades de próxima localização da Sede da FPC.

Essa situação decorre da falta de recursos para deslocamento, tanto dos técnicos da DIBIP para os municípios conveniados, quanto dos técnicos municipais para a capital, local sede da Fundação. Ademais, a situação se potencializa pela escassez

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

de pessoal do quadro da mencionada Diretoria e pela própria extensão territorial do Estado da Bahia.

Cabe ressaltar que a desatualização do cadastro das bibliotecas municipais, mantido pela DIBIP, dificulta sobremaneira a comunicação entre a Diretoria da FPC e as unidades municipais integrantes do SEBP, fato que corrobora para que a assistência técnica não ocorra predominantemente via telefone, ou virtualmente, como tem ocorrido, segundo informado pela Diretora, comprometendo a eficácia e a eficiência da atividade.

Outrossim a não prestação da assistência técnica de forma ampla e abrangente dificulta o diagnóstico, planejamento e implementação de soluções voltadas para os problemas específicos de cada unidade e para a consolidação do SEBP.

c) Ausência da realização de inventários periódicos nas unidades do SEBP

Verificamos que não estão sendo realizados inventários no âmbito dos acervos e demais documentos nas bibliotecas estaduais integrantes do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP).

De acordo com Ribeiro (2015), o inventário é um instrumento técnico de verificação e controle do patrimônio das bibliotecas, sendo utilizado para organização e controle do acervo, que deve ser realizado periodicamente, consistindo numa ferramenta importante para a gestão do acervo com excelência.

O Manual de Princípios e Diretrizes das Bibliotecas Públicas, instituído pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas em 2010, acrescenta que além de gerar um dado valioso para a biblioteca, por relacionar, com precisão, a quantidade de volumes existentes no acervo, o inventário tem também a vantagem de mostrar a situação em que se acham as publicações, se há danos e/ou se houve extravios.

De acordo com o referido Manual, o inventário dever ser realizado anualmente, podendo ser feito através de amostragem.

Ademais, o Decreto nº 9.757, de 17/01/2006, que homologa a Resolução nº 002/2005, do Conselho Curador da Fundação Pedro Calmon, Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia – FPC, determina que:

> Art. 14-A Diretoria de Administração, Orçamento e Finanças, que tem por finalidade executar as atividades orçamentária, financeira, contábil, de modernização, administrativa, informática e de administração geral, compete:
>
> […]
>
> 5. promover inventários periódicos dos bens patrimoniais da Fundação;

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

No curso das visitas técnicas realizadas, bem como por meio das entrevistas aplicadas com o corpo diretor das Bibliotecas estaduais integrantes do SEBP, verificou-se que não estão sendo realizados os inventários, com a periodicidade adequada, para salvaguardar o seu ativo patrimonial, que são o acervo e demais dados que compõem os processos e outros documentos que auxiliam na operacionalização do seu funcionamento.

O quadro abaixo demonstra a situação da realização dos inventários nas bibliotecas integrantes do SEBP:

QUADRO 06 – Realização de inventários por biblioteca

Biblioteca	Ano de realização do inventário mais recente no acervo bibliográfico.
B. Anísio Teixeira	A bibliotecária informou que de acordo com a Gerência Técnica – GETEC da FPC, o último inventário foi realizado em 2006. Informa também que, atualmente, não está sendo realizado o inventário na unidade.
B. Central	A bibliotecária informou que ainda não foi concluído o inventário do ano de 2017, por limitação de pessoal.
B. Juracy Magalhães - Itaparica	A bibliotecária informou que a unidade não possui bibliotecário que atue na área técnica e nem funcionários para realizar os inventários no acervo. Ainda, afirmou que nunca foi feito inventário na unidade, baseando-se em informações de funcionários mais antigos
B. Juracy Magalhães - Rio Vermelho	A bibliotecária informou que no ano de 2016 foi iniciado um inventário, porém não foi concluído e não retomaram para continuar.
B. Monteiro Lobato	A bibliotecária informou que o último inventário foi feito no final de 2017.
B. Thales de Azevedo	A bibliotecária informou que não tem conhecimento se já foi realizado o inventário das obras da biblioteca.

Fonte: Entrevistas.

Com vistas a obter informações acerca dessa situação nas unidades, por meio da Solicitação nº RC 002/2018, solicitamos que fossem apresentados os motivos pelos quais as unidades do Sistema não vêm fazendo os inventários periódicos do acervo.

Em sua resposta, por meio de documento encaminhado em 31/10/2018, o Gestor afirmou:

> O inventário pode ser realizado semestral ou anualmente por uma equipe com número suficiente de bibliotecários com disponibilidade para realizar a atividade em grupos de trabalho utilizando computadores com acesso à internet para "descarregar" o arquivo gerado através do Sistema Pergamum. O inventário deve ser orientado por um cronograma pré-estabelecido qual a atividade requer a suspensão de circulação dos acervos.
>
> Em virtude da defasagem do quadro de bibliotecários no SEBP para executar a referida atividade extraímos relatórios de cada Unidade utilizando os "perfis dos bibliotecários" que acessam Sistema Pergamum e obtemos a relação de títulos e números de exemplares do acervo nas tipologias que as unidades apresentam.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

> O Sistema Estadual utiliza a metodologia de mutirões com os profissionais para realizar a inserção dos acervos no Sistema Pergamum para obter resultados produtivos e dados reais na execução dos inventários a serem realizados.

A resposta apresentada pelo Gestor foi lacônica, não respondendo especificamente o que foi questionado pela equipe de auditoria. Assim, questionamos, por meio da Solicitação n° RC 003/2018, que esclarecesse se o motivo para a não realização dos inventários seria a defasagem do quadro de bibliotecários e que apresentasse quando foi realizado o último mutirão para inventariação dos acervos e em quais unidades foram realizados.

O Gestor, por meio de documento encaminhado em 14/11/2018, apresentou os seguintes esclarecimentos:

> Em 2002 foi realizado o mutirão de organização de Acervo na Biblioteca Pública do Estado da Bahia
>
> * 2006: Mutirão na Biblioteca Central nos setores de Empréstimo, Pesquisa e Referência,Documentação Baiana e Biblioteca de Extensão (Bibex).
>
> * 2006: Mutirão realizado na Gerência Técnica Getec com envio de acervos das unidades outras Bibliotecas do Sistema
>
> * 2011 e 2012: Equipe de bibliotecários da Getec realizou o mutirão nas unidades: Biblioteca Central, Biblioteca Pública Thales de Azevedo, Biblioteca Anísio Teixeira, Biblioteca Juracy Magalhães Júnior Salvador, Biblioteca Juracy Magalhães Júnior – Itaparica, Biblioteca Infantil Monteiro Lobato e Biblioteca de Extensão.
>
> * 2014: Mutirão na Biblioteca Anísio Teixeira, por bibliotecário da Unidade bibliotecários da Getec.
>
> * 2015: Mutirão realizado na Biblioteca Juracy Magalhães Júnior – Rio Vermelho, Setor de Empréstimo, pela equipe de bibliotecários da Getec.
>
> * 2016 e 2017: Mutirão do acervo da Biblioteca Monteiro Lobato realizado Getec.
>
> Mutirão e seleção de acervo da Biblioteca Juracy Magalhães Júnior de Itaparica realizado na Getec. O acervo encontra-se na Getec aguardando o reparo do elevador e disponibilidade de veículo para transporte.
>
> * 2018: Mutirão do acervo recebido por doação da Unidade Juracy – Rio Vermelho realizado na GETEC. O acervo encontra-se na GETEC aguardo reparo do elevador.

A resposta apresentada pelo Gestor revela o desencontro de informações entre o corpo diretor das bibliotecárias e o corpo diretivo da FPC, já que as informações relativas ao tempo de realização dos inventários nas unidades, fornecido pela FPC, é divergente daquelas apresentadas pelas gestoras das unidades.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

A Auditoria identificou que a carência do número de bibliotecários/servidores para realizar atividades técnicas, tem contribuído, sobremaneira, não somente para a não realização dos inventários, mas também de outras atividades inerentes ao serviço bibliotecário.

No que tange às Bibliotecas Municipais podemos verificar que esta situação também vem se repetindo. Conforme respostas obtidas por meio do questionário encaminhado aos gestores das Bibliotecas Municipais, 42% dos respondentes afirmaram que não realizavam inventários no acervo da biblioteca e/ou sequer tinham conhecimento sobre o tema.

Convém esclarecer que todas as bibliotecas estaduais do SEBP utilizam o Sistema *Pergamum*, que é um software que auxilia no gerenciamento das atividades das bibliotecas. O referido sistema apresenta uma ferramenta que permite a realização do inventário de forma automatizada, capaz de operacionalizar o cadastramento, carregamento dos dados, emissão de relatórios e a finalização do inventário.

Segundo as bibliotecárias entrevistadas, com a utilização do Sistema *Pergamum*, o inventário é facilitado e pode ser realizado com maior frequência já que o tempo demandado para essa tarefa tende a ser menor**.**

Percebe-se que a despeito de existir um sistema que agiliza o processo de realização dos inventários, o mesmo está sendo subutilizado, devido, sobretudo, à falta de planejamento relativo à implementação de cronogramas de execução para realização dos inventários, bem como, à falta de pessoal para implementar essas tarefas.

Convém ressaltar que DIBIP/FPC não vem realizando o controle e monitoramento das unidades do sistema a fim de verificar se os inventários estão sendo efetivamente realizados.

Impende salientar que a realização do inventário é de suma importância para o controle do acervo, permitindo avaliar as condições físicas, retirando as obras danificadas para conserto, as com etiquetas estragadas para reposição, além de permitir validar o material disponível no sistema com aquele disponível no acervo físico, identificando o número de itens perdidos, obras com classificação errada e/ou acervo arquivado de forma incorreta.

Como dito, a adoção da realização de inventários na rotina de gestão das unidades, embasará a tomada de decisão sobre obras para descarte e, consequentemente, apresentará um número confiável de títulos e exemplares disponíveis no acervo. A identificação e correção das falhas no acervo proporcionam ganhos, tanto para o usuário na busca da informação desejada, quanto para o servidor no desenvolvimento do seu trabalho com mais eficácia.

As bibliotecas são compostas de acervos físicos que têm circulação frequente, sendo imprescindível que esses acervos físicos reflitam os dados constantes no

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

sistema para que se possa localizá-los e administrá-los com precisão.

II.6 Das atividades culturais e divulgação pelas Unidades do Sistema

6.1 Ausência de autonomia das bibliotecas para divulgação das suas programações

Constatou-se que as unidades do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado da Bahia não possuem amplo acesso e autonomia para a divulgação das programações das suas atividades, sendo a divulgação oficial feita de maneira centralizada no site da FPC.

Esta forma de divulgação centralizada faz com que haja maior dificuldade de acesso às informações das programações de cada biblioteca estadual por parte dos usuários, pois, conforme revelado em entrevista pelas diretoras das unidades, muitas vezes os usuários fazem busca pela página da biblioteca, à procura de sua programação, não no site da Fundação. Além do mais, sendo divulgada pela FPC, torna-se mais difícil levar em consideração as especificidades de cada uma, bem como do perfil de seus usuários.

Quando da realização de entrevista com as bibliotecárias, que compõem o Sistema, perguntou-se quais as formas de divulgação das atividades e/ou eventos desenvolvidos pela unidade, restando evidenciado que as principais são:

QUADRO 07 - Tipos de Divulgação/Atividades

Biblioteca	Jornal (FPC)	Televisão (FPC)	ASCOM (FPC)	Redes Sociais (FPC)	Folderes	Cartazes	E-mails aos usuários	Boca a boca	Outros
Central	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Whatsapp pessoal
Monteiro Lobato	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Whatsapp pessoal
Anisio Teixeira	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Mural informativo, Whatsapp pessoal
Juracy M. Junior (Itaparica)	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Rádio comunitária, carro de som, Whatsapp pessoal
Juracy M. Junior (Salvador)	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Folhetos, telefone, Whatsapp pessoal
Thales de Azevedo	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Folhetos, Whatsapp pessoal

Fonte: Termo de Entrevista.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Conforme se pode verificar no quadro anterior, não há divulgação oficial individualizada para cada unidade, esta é feita pela ASCOM/FPC e redes sociais, alimentadas exclusivamente pela FPC.

Em relação às bibliotecas municipais foi informado que as formas mais utilizadas são as redes sociais (facebook, instagran, twiter) (52%), cartazes, folders e folhetos (48%), envio de e-mails aos usuários (14%) e rádio comunitária, jornais (10%). Foi informado também que 30% não faz divulgação.

Para conhecer a opinião da Fundação sobre o assunto, perguntamos ao Gestor, por meio da Solicitação nº RC 002/2018, de que forma a FPC vem divulgando as ações/programações das unidades que compõem o Sistema de Bibliotecas Públicas, se as publicações consideram as especificidades do público e da Biblioteca, bem como se as unidades possuem amplo acesso e autonomia para a divulgação das programações das atividades.

O Gestor respondeu que "[…] a divulgação das ações culturais é de responsabilidade da Assessoria de Comunicação através das páginas institucionais: www.fpc.ba.gov.br/www.bibliotecas.ba.gov.br, utilizando também as redes sociais e a imprensa local".

Na resposta do Gestor fica evidenciada sua concordância com o apontado, no entanto, sua manifestação silencia quanto a consideração das especificidades do público e de cada biblioteca, bem como quanto ao amplo acesso e autonomia destas para a divulgação das atividades por elas planejadas e programadas.

Requereu-se esclarecimentos complementares por meio da Solicitação nº SGA 003 RC, tendo o Gestor ratificado que a ASCOM/FPC "[...] é único setor encarregado pela divulgação de todas as atividades e programação da Fundação e suas unidades, desta forma, se tornando único responsável com autonomia para divulgação das atividades [...]", e acrescentado que "[...] o processo comunicacional considera a diversidade do público que frequenta as unidades que compõe o Sistema Estadual [...]".

Nas entrevistas realizadas perguntou-se também sobre:

a) Quais atividades executadas para promover o desenvolvimento e a difusão cultural nas comunidades?

Quase todas responderam que as principais atividades realizadas são Seminários, Palestras, Cursos, Audições Musicais, Projeções de Filmes, Exposições, Feiras Culturais, Sarau Cultural e atividades voltadas para usuários com necessidades especiais.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

b) Quais os projetos e atividades planejadas e executadas voltadas para o estímulo, a formação e o desenvolvimento do hábito de leitura do público infantojuvenil?

A maioria citou como os principais Contação de Estórias, Reforço Escolar, Oficinas Temáticas, Teatro, Fantoches, Pesquisa Escolar, Aulas para o ENEN, encontros com o leitor.

c) Todas as unidades estaduais responderam sim a indagação sobre a existência de atividades desenvolvidas em conjunto com as escolas da comunidade para atrair estudantes.

As bibliotecas municipais informaram que as atividades executadas para promover o desenvolvimento e a difusão cultural nas comunidades mais utilizadas são: Exposições (48%), Palestras (38%), Projeção de Filmes (36%), Peças Teatrais e Feiras Culturais (28%), Sarau Cultural (26%) e Atividades voltadas para Usuários com Necessidades Especiais e para o Público da 3ª Idade (12%).

Os projetos e atividades planejadas e executadas voltadas para o estímulo, a formação e o desenvolvimento do hábito de leitura do público infanto-juvenil mais utilizados são Contação de Estórias (74%), Fantoches (36%), Teatro (26%) e Reforço Escolar (24%).

Do que foi apresentado acima, fica evidenciado que a divulgação das programações das atividades desenvolvidas pelas unidades do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado da Bahia é feita oficialmente de maneira centralizada pela FPC, não levando em consideração a especificidade de cada biblioteca bem como do seu público-alvo.

Entende-se que esta forma de divulgação centralizada não é a mais adequada, pois tolhe a liberdade dos responsáveis no desenvolvimento das suas atividades, tirando-lhes a sua autonomia.

II.7 Da acessibilidade nas Unidades Físicas do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas

7.1 Ausência de acessibilidade nas bibliotecas públicas

Constatou-se que as unidades do Sistema de Bibliotecas Públicas Estaduais não estão adaptadas para garantir acessibilidade aos usuários com mobilidade reduzida e/ou com necessidades especiais, em desconformidade com o que determina as Leis Federais n° 10.098/2000, nº 13.146/2015, e Decretos n° 5.296/2004, Decreto nº 6.949/2009, Decreto nº 7.612/2011 e norma ABNT NBR 9050, a exemplo de rampas de acesso, elevadores em funcionamento, intérprete de LIBRAS, livros e/ou obras em braile, piso tátil, adaptação do dimensionamento das portas para os cadeirantes, corrimão adaptado nas escadas e rampas e vaga de estacionamento exclusiva.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

O Art. 53 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), define que: "A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social".

A acessibilidade e inclusão nas bibliotecas atualmente é de suma importância pois é crescente o número de pessoas com deficiência que passam a frequentar equipamentos culturais, destacando-se entre eles as bibliotecas, visto que vem aumentando a legislação sobre o tema, bem como a busca pela garantia dos direitos e deveres dos cidadãos com deficiência.

Segundo o censo realizado pelo IBGE no ano de 2010, existem aproximadamente 45,6 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência, representando 23,9% da população.

Quando da realização de entrevista com as bibliotecárias responsáveis pelas bibliotecas que compõem o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado da Bahia, perguntou-se quais os recursos oferecidos para garantir a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida e/ou com necessidades especiais e se a unidade possui funcionários treinados para atender a esses usuários, tendo como resposta:

QUADRO 08 - Itens de acessibilidade

Biblioteca	Rampas de aces-so	Elevador	Intérprete de LI-BRAS	Livros e/ou obras em braile	Piso tátil	Portas adaptadas para cadei-rantes	Corrimão nas es-cadas e rampas	Vaga de estacio-namento exclusiva	Funcio-nários treinados
Central	Somente no térreo	Sim, porém sem funcionar a mais de 9 meses	Não tem	Sim, setor braille	Sim, porém não está em bom estado	Somente no térreo	Sim, não tem corrimão adaptado	Não tem, toda área é zona azul	Sim,especi almente deficientes visuais e cadeirantes
Monteiro Lobato	Sim, só no térreo. Uma na entrada do auditório, adaptável feita de madeira e outra de cimento, no estaciona mento	Não possui	Não tem	Sim, poucos	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem
Anísio Teixeira	Não tem	N/A casa cedida pelo IPAC	Tem uma funcionária habilitada. Ela não é intérprete,	Sim, poucos	Não tem	Não tem	N/A	Não tem	Sim, uma funcionária para LIBRAS

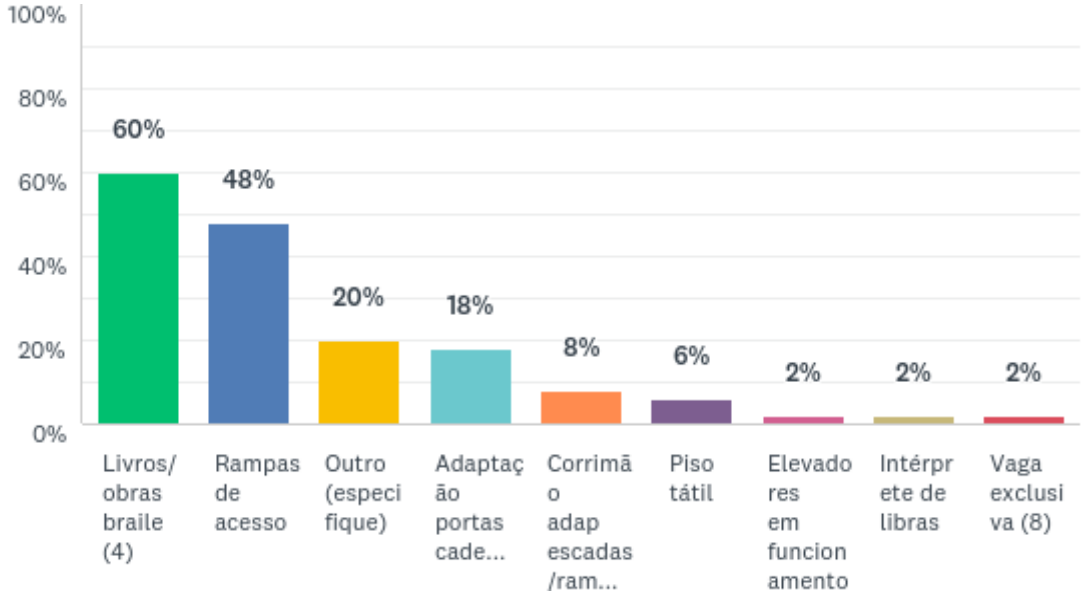
Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Biblioteca	Rampas de aces-so	Elevador	Intérprete de LI-BRAS	Livros e/ou obras em braile	Piso tátil	Portas adaptadas para cadei-rantes	Corrimão nas es-cadas e rampas	Vaga de estacio-namento exclusiva	Funcio-nários treinados
			mas domina a língua						
Juracy M. Júnior (Itaparica)	Não tem	N/A casa térreo	Não tem	Sim,, 34 obras	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem
Juracy M. Júnior (Salvador)	Tem na entrada	N/A	Não tem	Sim,, 30 obras	Não tem	Sim, no térreo	Não tem	Não tem	Sim, funcionário com capacitaçã o em braille
Thales de Azevedo	Não tem	N/A	Não tem	Sim,, 84 obras	Não tem	Sim, no térreo, banheiro feminino	Não tem	Não tem	Não tem

Fonte: Termo de Entrevista.

O Gráfico a seguir ilustra a ocorrência de itens de acessibilidade nas unidades que compõem o Sistema estadual de Bibliotecas Públicas - SEBP.

GRÁFICO 02 – Itens de acessibilidade disponíveis nas unidades integrantes do sistema



Em relação à disponibilidade de funcionários treinados para atender aos usuários com necessidades especiais, 46 bibliotecas responderam que não dispõe, representando assim 92% delas.

Durante a inspeção física realizada em todos os equipamentos, constatou-se a veracidade das informações dadas durante as entrevistas sobre a falta de acessibilidade, como por exemplo o reduzido número de acervo especializado,

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

ausência de intérprete de LIBRAS até a sua recepção, onde os balcões de informação não asseguram altura acessível a um cadeirante, as maçanetas das portas não são do tipo alavanca, até o espaço interno que não é organizado de forma a permitir o deslocamento seguro e autônomo dos leitores com deficiência, bem como impossibilidade de uma pessoa em cadeira de rodas ter acesso a todas as prateleiras, pois as mesmas não possuem altura adequada.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências:

> Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.
>
> *Parágrafo único.* Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:
>
> [...]
>
> II - pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
>
> Art. 12.Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

O Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009 promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo assinado em Nova York, em 30 de março de 2007:

> Artigo -1 Propósito - O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.
>
> Artigo 9 - Acessibilidade. 1.A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

> ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade […]

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), define que:

> Art. 56 A construção, a reforma, a ampliação ou a mudança de uso de edificações abertas ao público, de uso público ou privadas de uso coletivo deverão ser executadas de modo a serem acessíveis.
>
> Art. 57 As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes.
>
> Art. 68 O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.

Fica evidenciado assim, que o poder público não vem cumprindo com a sua obrigação de oferecer serviços e atividades sem distinção, com base na igualdade de acesso para todos os públicos, com ou sem deficiência, principalmente levando-se em consideração tratar-se de um espaço sociocultural, no qual a sua missão é oferecer produtos e serviços informacionais para toda a comunidade, bem como descumprimento ao que determina a legislação.

Solicitou-se ao Gestor da FPC que fossem apresentadas as ações planejadas e/ou implementadas com vistas a atender os itens de acessibilidade previstos na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Em resposta a Solicitação SGA RC nº 002/2018 o mesmo justificou que:

> A FPC tem observado essa questão em todas as unidades. Oportuno ressaltar que a maioria das unidades está instalada em imóveis antigos cuja adequação às normas vigentes de acessibilidade requer adequação estrutural e funcional. Algumas possuem a arquitetura e localização de difícil ou nenhuma possibilidade de adequação, exemplo da Biblioteca Juracy Magalhães Júnior, do Rio Vermelho; a Biblioteca Anísio Teixeira está instalada em imóvel cedido pela IPAC totalmente inadequado para a função de biblioteca e cuja adequação é inviável; a Biblioteca Pública Thales de Azevedo, possui a estrutura arquitetônica característica; Para a Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, a FPC motivou a instauração do processo nº 0200170206850 para elaboração de projeto executivo de reforma e modernização que parou devido a falta de concessão financeira; a Biblioteca Juracy Magalhães Júnior, de Itaparica, tem o projeto de modernização contemplando a acessibilidade em análise no IPHAN; A Biblioteca Central do Estado da Bahia garante a acessibilidade aos usuários, a situação de limitação de mobilidade está pontuada nos itens respondidos.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Após a criação do Decreto Regulamentar n. 5.296/2004, que busca garantir a acessibilidade de usuários com mobilidade reduzida as instituições públicas, especialmente as bibliotecas iniciaram ampla discussão para promover mudanças atitudinais e comunicacionais com vistas à inclusão da pessoa com deficiência. Sob o aspecto de acessibilidade identificamos barreiras arquitetônicas na maioria das bibliotecas públicas, e, na possibilidade de adequação dos prédios buscamos realizar intervenções para adaptação de itens que contribuem para eliminar tais barreiras.

O SEBP contribui com formação da pessoa com deficiência promovendo ações que impactam na vida auxiliando-as a romper as barreiras comunicacionais e atitudinais.

Dessa forma disponibilizamos nas bibliotecas públicas: acervo acessível: livros em Braille, filmes com audiodescrição, audiolivros, filmes com tradução em LIBRAS, Soroban (instrumento para operações matemáticas), além de promover anualmente em parceria com a Secretaria de Educação, através do CAP o curso de capacitação para profissionais que atuam desenvolvendo atividades de leitura inclusiva, oficinas e atividades socioculturais.

A Biblioteca de Extensão (BIBEX), possui acervo acessível e pessoal capacitado para promover a inclusão através da leitura. A Fundação Pedro Calmon já possui um projeto técnico para criação de uma biblioteca móvel em um veículo tipo baú, adaptado para atender às necessidades de uma biblioteca móvel tecnicamente planejada e com acesso à pessoas com dificuldades de locomoção

A Biblioteca Central do Estado, desde a sua instalação, na década de 70, apresenta na sua edificação acesso à pessoa cega e outras limitações. Possui piso tátil, corrimão, banheiros acessíveis para cadeirantes, elevadores e rampas de acesso. Como serviço especial voltado para a pessoa cega e pessoa de baixa visão o Setor Braille, criado há 40 anos oferece diversas atividades culturais e disponibiliza para a comunidade equipamentos de tecnologia assistiva: computador com teclado em Braille, impressora em Braille, livros e brinquedos, além do acervo composto por livros, vídeos e filmes. O Setor possui uma Cabine de Gravação, conta com serviço voluntário de Ledores Copistas. Em outubro de 2018, o Setor foi contemplado com a aquisição de nove (09) unidades dos óculos *Orcam MyEye 2.0*, equipamento moderno que possibilita a leitura de textos e demais materiais impressos com precisão e representa modernização/inovação dos equipamentos. O investimento na tecnologia corresponde ao valor unitário: R$16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais) e o valor total: R$148.500,00 (Cento e quarenta e oito mil e quinhentos reais).(Processo N.060918002710)

Biblioteca Anísio Teixeira – Em 2009 criou o Serviço de Atendimento à Criança e ao Adolescente Surdo – SACAS, com o objetivo de incluir os surdos nos espaços culturais. A Unidade possui um acervo em Libras, livros, CDs, DVDs, filmes acessíveis e legendados. A Unidade realiza, também, anualmente o curso de LIBRAS aberto ao público, bem como executa projetos culturais, como objetivo de disseminar a Língua Brasileiras de Sinais(LIBRAS). A Biblioteca está instalada em um imóvel cedido pelo IPAC,

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

tombado onde não pode realizar intervenções arquitetônicas estruturais sem prévia autorização da instituição responsável pelo patrimônio do Estado.

Biblioteca Pública Thales de Azevedo – Ao longo dos últimos anos a Biblioteca contribuiu com as famílias de crianças e jovens autistas através de parceria com a pedagoga Patrícia Teodolina, criadora do Projeto Fantástico Mundo Autista – FAMA, visando a inclusão social e pedagógica, bem como o desenvolvimento laboral de adolescentes e adultos com autismo.

Biblioteca Juracy Magalhães JR/SSA – A unidade passou por uma reforma em 2004, contemplando acessibilidade física apenas no térreo da Unidade com a instalação de portas ampliadas nos setores, rampa de acesso na entrada, banheiro acessível. Possui acervo acessível composto de livros em BRAILLE, filmes acessíveis e legendados.

No âmbito da inclusão social através da leitura a Unidade realiza o projeto HumanaMente, para a capacitação para o mercado de trabalho de Pessoas com Transtornos Mentais em parceria com o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II Oswaldo Camargo. Realiza também o projeto Viver Mais voltado para a inclusão e socialização de Idosos em parceria com o Centro de Referência de Atenção ao Idoso – CREASI.

Biblioteca Juracy Magalhães JR/ITA - A Unidade está inscrita no PAC Cidades Históricas para reforma do equipamento.

(Grifamos)

Da resposta do Gestor, fica evidenciado, apesar das ações inclusivas por ele destacadas, que as edificações que abrigam as bibliotecas estaduais, não atendem aos padrões estabelecidos pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ratificando o apontado pela presente Auditoria.

Medidas urgentes devem ser adotadas para que todas as unidades sejam capazes de desempenhar sua missão de forma plena, oferecendo, em conjunto com seus servidores, um atendimento igualitário para todos os usuários, promovendo acesso irrestrito a todos os ambientes dos equipamentos culturais, ao seu acervo, oferecendo mobiliário adequado, sinalização adequada a portadores dos mais diversos tipos de deficiência e outros tipos de suporte para atender a demanda de usuários com necessidades especiais, conforme determina a legislação vigente.

III RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA AUDITORIA

Encontram-se elencadas na sequência, e em consonância com a ordem dos achados dispostos no Item II – RESULTADO DA AUDITORIA, todas as recomendações elaboradas pela Auditoria, no intuito de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão e consequentemente de suas respectivas políticas públicas em observância a atuação pedagógica preconizada por este TCE. Vejamos:

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

III.1 Quanto a estrutura física.

a) Ausência de controle de temperatura na Biblioteca Central dos Barris e nas demais unidades do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas - SEBP.

1. Reestabelecer de forma urgente a climatização dos ambientes nos equipamentos estaduais integrantes do SEBP, seja por meio de manutenção corretiva de aparelhos, aquisição e/ou redimensionamento de equipamentos, remanejamento de condicionadores de ar entre unidades da Fundação e/ou de outras unidades pertencentes ao Estado, a fim de que as bibliotecas estaduais do Sistema possam ser plenamente utilizadas pela comunidade, com qualidade e segurança, contribuindo assim para a eficácia da política pública.

b) Existência de vazamentos e infiltrações nas estruturas das bibliotecas.

2. Executar de forma mais célere o planejamento de serviços de requalificação e modernização das bibliotecas públicas, informado pelo Gestor à Auditoria, visto que a manutenção dos prédios e equipamentos públicos são de fundamental importância para o funcionamento, a segurança e a boa gestão do patrimônio.

3. Elaborar e implementar, com urgência, um plano de manutenção periódico preventivo, não emergencial, para todas as unidades estaduais integrantes do SEBP.

c) Ausência de conforto acústico nos ambientes nas bibliotecas públicas estaduais e acomodação do acervo em estantes consideradas inadequadas ou insuficientes para atender a demanda.

4. Adquirir mobiliário em quantidade e qualidade apropriada para cada tipo de acervo, observando as especificidades de cada unidade de modo a garantir acomodação, conservação e preservação adequada de cada exemplar, conforme recomendam as melhores práticas biblioteconomistas.

5. Elaborar plano de ação visando dotar, paulatinamente, as unidades estaduais do SEBP de isolamento acústico adequado a finalidade a que se destinam, nos moldes do que orienta a Norma Técnica NBR 10152 e demais normas pertinentes a matéria.

d) Falta de manutenção dos extintores de incêndio, de sistemas de detecção de fumaça/calor e alarme de incêndio, bem como de revisão da rede elétrica e de manutenção da rede lógica

6. Elaborar plano de ação visando, paulatinamente, dotar as unidades estaduais do SEBP de sistemas de detecção de fumaça/calor e alarme de incêndio, repor e

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

adquirir extintores de incêndio, bem como viabilizar a revisão da rede elétrica e lógica de todas as unidades estaduais.

e) Falta de funcionamento do elevador da Biblioteca Central dos Barris.

7. Em virtude do porte da Unidade, do volume e da diversidade do público que frequenta a Biblioteca Central dos Barris, viabilizar o reparo imediato do Elevador da Biblioteca, não somente por uma questão de acessibilidade de idosos, cadeirantes e outras pessoas com mobilidade limitada, mas também de funcionamento, a fim de auxiliar o deslocamento, não apenas de pessoas, mas também de materiais.

III.2 Quanto ao acervo bibliográfico

a) Ausência de renovação do acervo bibliográfico e das assinaturas de periódicos, suspensas desde o ano de 2016.

8. Promover parcerias e/ou alocar recursos mais expressivos ao SEBP, contemplando, entre outras ações, a renovação das assinaturas de periódicos, suspensas desde 2016, além de viabilizar a renovação do acervo, que atualmente, ocorre apenas, em virtude de doações.

b) Inadequação do local de conservação e guarda do acervo apresentando condições ambientais prejudiciais a sua vida útil

9. Assegurar que os trabalhos de manutenção do acervo sejam feitos com o maior rigor possível, garantindo que o acervo guardado no depósito se encontre devidamente acondicionado nas estantes e em condições de salubridade adequada, de forma a reduzir, ao máximo possível, o risco de deterioração e prolongar a sua vida útil.

10. Conservar o acervo de forma condigna e com profissionalismo, garantir a manutenção das condições de higiene necessárias das instalações e encarregar pessoal devidamente capacitado para efetuar a limpeza das estantes e dos materiais armazenados, facultando-lhes utensílios apropriados para esse efeito.

c) Intempestividade no tratamento documental do acervo das bibliotecas

11. Promover o aumento do quadro de pessoal das bibliotecas estaduais (bibliotecários e funcionários), além de estabelecer procedimentos que garantam um tratamento documental célere do acervo.

III.3 Quanto aos usuários do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

a) Subutilização das bibliotecas pelos usuários

12. Investir mais recursos financeiros possibilitando que as bibliotecas e seus espaços atraiam cada vez mais usuários e mantenham estrutura física e instalações adequadas, com recursos tecnológicos, pessoal especializado, acervo atualizado e em número suficiente para atender de maneira satisfatória qualitativa e quantitativamente, seus frequentadores.

Apenas para ilustrar a aludida necessidade de investimento, verificou-se que para promover a ampliação do acervo durante todo o exercício de 2018, por exemplo, a FPC disponibilizou apenas R$3.042,00, conforme registra o Fiplan Gerencial para a Ação 5902 (Ampliação de Acervo de Biblioteca e Arquivo Público). A situação mostra-se ainda mais difícil, ao perceber que tal recurso ainda deve ser compartilhado com outra unidade (Arquivo Público da Bahia).

III.4 Quanto aos Recursos Humanos e Tecnológicos

a) Ausência de investimentos para modernização e aquisição de novos computadores e da falta de acesso à internet

13. Identificar os equipamentos necessários aos serviços, quantificar a demanda de computadores, avaliar a configuração de rede, a fim de que seja garantido recursos para a aquisição, manutenção e conservação do acervo tecnológico.

14. Assegurar a disponibilização de acesso público a internet a fim de potencializar a atuação das Bibliotecas Públicas e promover a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da comunidade, conforme determina o Manifesto da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições - IFLA.

b) Insuficiência de pessoal técnico para tratamento documental do acervo e para a realização de inventários, incorrendo, inclusive, em limitação de ações referentes a capacitação da equipe.

15. Promover a contratação de pessoal por meio de concurso público, para suprir, ainda que gradativamente, necessidades permanentes na FPC relacionadas ao adequado e tempestivo tratamento documental do acervo, bem como a realização de inventários.

III.5 Quanto a Gestão do Sistema Estadual de Bibliotecas

5.1 Fragilidade na gestão do sistema

a) Cadastro desatualizado das bibliotecas municipais

16. Recomenda-se à FPC, com a maior brevidade possível, estabelecer como uma de suas prioridades atualizar os dados cadastrais de todas as bibliotecas

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

municipais integrantes do SEBP a fim de possibilitar eficiência na comunicação entre as unidades e a DIBIP.

b) Centralização das atividades de assistência técnica

Realizar as capacitações técnicas das unidades dos municípios considerando os territórios de identidade de modo a contemplar um número maior de servidores por curso realizado.

c) Ausência da realização de inventários periódicos nas unidades do SEBP

17. Proceder periodicamente à inventariação do acervo e atualizar, de forma contínua, os registros das coleções e do seu estado.

18. Monitorar e orientar os inventários realizados pelas bibliotecas integrantes do SEBP.

19. Instituir mutirões a fim de realizar os inventários, enquanto não se consegue alcança o número adequado de servidores para execução desta tarefa.

III.6 Quanto a divulgação das atividades culturais e das Unidades do Sistema

6.1 Ausência de autonomia das bibliotecas para divulgação das suas programações

20. Considera-se importante que cada biblioteca siga as diretrizes básicas do Sistema, mas que cada uma estabeleça sua política de *marketing d*e acordo com a necessidade de difusão dos seus serviços e dos recursos existentes, direcionada ao público em geral, mas também à clientela específica de acordo com o perfil da Unidade e de seus usuários, para tanto, recomenda-se o desenvolvimento de perfil próprio nas redes sócias e de sítio eletrônico individualizado para acesso direto dos usuários.

III.7 Quanto a acessibilidade nas Unidades Físicas do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas

7.1 Ausência de acessibilidade nas bibliotecas públicas

21. Elaborar plano de ação visando a implantação gradativa de adaptações e reformas necessárias a promoção do acesso irrestrito a todos os ambientes das unidades estaduais do Sistema e ao seu acervo, oferecendo mobiliário e sinalização adequadas a portadores dos mais diversos tipos de necessidades especiais, conforme determina a legislação vigente.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

IV PRONUNCIAMENTO DO GESTOR

Os apontamentos foram cientificados ao Diretor Geral da Fundação Pedro Calmon - FPC e seus assessores que, no transcurso dos trabalhos de campo, apresentaram os esclarecimentos, justificativas e documentos, sendo aqueles, considerados pertinentes pela equipe de auditoria, contemplados no ajuste do instrumento, bem como na elaboração do presente Relatório.

V CONCLUSÃO

As bibliotecas públicas desempenham um papel importante na promoção do progresso social e na construção de uma sociedade baseada no conhecimento visto que possui por objetivos fundamentais, entre outros, atender às necessidades de indivíduos e grupos nas áreas de educação, informação, entretenimento, e lazer, através do fornecimento de recursos e serviços em vários formatos.

Para que as bibliotecas públicas sejam meio para a comunidade obter conhecimentos, ideias, opiniões e igualdade social o Estado precisa se fazer presente preservando o patrimônio cultural, e assim possibilitando o acesso ao conhecimento e à memória com o objetivo de atender a sua função sociocultural. Nesse diapasão nossos exames, naquilo que se propôs esse trabalho, nos permitem dizer que o patrimônio cultural sob a guarda das bibliotecas não vem recebendo o apoio administrativo e financeiro adequado para as suas necessidades de manutenção e conservação.

No que se refere a promoção ao acesso aos bens e serviços artísticos e culturais para fins de consolidação do Sistema Estadual de Bibliotecas, observamos que a dinamização e a asseguração do funcionamento das Unidades que compõem o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas - SEBP vem acontecendo prioritariamente em razão do comprometimento dos servidores das bibliotecas sobretudo das diretoras das unidades que acumulam funções técnicas e gerenciais vencendo inclusive a falta de recursos e de condições adequadas de trabalho.

No que tange à modernização e implantação de novas unidades artísticos culturais essas ações dependem de recursos orçamentários e financeiros que precisam estar consignados nos instrumentos orçamentários, fato que não vislumbramos nos exames realizados.

Das análises feitas também foi possível identificar que a FPC não vem promovendo a ampliação dos acervos, bem como não está assistindo e capacitando tecnicamente os equipamentos culturais voltados à memória histórica, da leitura e do livro, proporcionando à sociedade serviços e informações de qualidade.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Ademais, a Fundação não tem apoiado financeiramente propostas voltadas para as áreas da Memória Histórica, da Leitura e do Livro cabendo tão somente ao Fundo de Cultura a função de fomentador.

A seguir, apresenta-se sumariamente as irregularidades e inconsistências verificadas pela auditoria:

Achado		Item do Relatório
DOS INSTRUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS E O SEBP		**I.6**
	Plano Plurianual 2016-2019	6.1
	Informações Orçamentárias e Financeiras	6.2
DA ESTRUTURA DAS UNIDADES DO SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS – SEBP		**II.1**
	Da ausência de controle de temperatura das unidades do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas	1.1
	Da ausência de controle de temperatura da Biblioteca Central do Estado	1.1.a
	Existência de vazamentos e infiltrações nas estruturas das Bibliotecas	1.2
	Estantes inadequadas ou em quantitativo insuficiente para atender a demanda do acervo bibliográfico	1.3
	Ausência de conforto acústico dos ambientes	1.4
	Falta de manutenção dos extintores de incêndio	1.5
	Ausência de Sistemas de detecção de fumaça/calor e alarme de incêndio	1.6
	Elevador da Biblioteca Central do Estado sem funcionamento	1.7
	Da ausência de revisão da rede elétrica e de manutenção da rede lógica	1.8
DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DAS BIBLIOTECAS ESTADUAIS INTEGRANTES DO SEBP		**II.2**
	Renovação do acervo bibliográfico, quase que exclusivamente, por meio de doações	2.1
	Não renovação das assinaturas de periódicos desde o ano de 2016	2.2
	Local de conservação e guarda do acervo apresentando condições ambientais prejudiciais a sua vida útil	2.2
	Intempestividade no tratamento documental do acervo das bibliotecas	2.2
DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS		**II.3**
	Subutilização das bibliotecas pelos usuários	3.1
DOS RECURSOS TECNOLÓGICOS E HUMANOS		**II.4**
	Ausência de investimentos para modernização e aquisição de novos computadores.	4.1
	Ausência de acesso à internet para os usuários nas unidades	4.2
	Gestão de Recursos Humanos – Escassez de Pessoal	4.3
DA GESTÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS		**II.5**

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Achado		Item do Relatório
	Cadastro desatualizado das bibliotecas municipais	5.1
	Centralização das atividades de assistência técnica	5.2
	Ausência da realização de inventários periódicos nas unidades do SEBP	5.3
DAS ATIVIDADES CULTURAIS E DIVULGAÇÃO PELAS UNIDADES DO SISTEMA		**II.6**
	Ausência de autonomia das bibliotecas para divulgação das suas programações	6.1
DA ACESSIBILIDADE NAS UNIDADES FÍSICAS DO SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS		**II.7**
	Ausência de acessibilidade nas bibliotecas públicas	7.1

A fim de contribuir para o melhor desempenho da unidade, foram propostas 21 recomendações relacionadas no **item III** do presente relatório.

Ademais, diante de tudo quanto exposto, sugerimos ao Exmo. Conselheiro Relator que fixe prazo para que o Gestor da Fundação Pedro Calmon - FPC, identificado no item I.2 deste Relatório, remeta Plano de ação ao Tribunal de Contas, contemplando o cronograma de implementação das recomendações propostas por esta Auditoria, com a indicação dos respectivos responsáveis.

Gerência 6A / 6ª CCE, 19 de dezembro de 2018.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

APÊNDICE I

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALBA	Assembleia Legislativa da Bahia
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
APS	Autorização de Prestação de Serviço
ASCOM	Assessoria de Comunicação
ASTEC	Assessoria Técnica
BAT	Biblioteca Anísio Teixeira
BIBEX	Biblioteca de Extensão
BJMJ	Biblioteca Juracy Magalhães Junior
BML	Biblioteca Monteiro Lobato
BPEB	Biblioteca Pública do Estado da Bahia
BPTA	Biblioteca Pública Thales de Azevedo
BVCP	Biblioteca Virtual Consuelo Pondé
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CDPELL	Conselho Deliberativo do Plano Estadual do Livro e Leitura
CFTV	Circuito Fechado de Televisão
CMB	Centro de Memória da Bahia
COPEL	Comissão Permanente de Licitação
CREA	Conselho Regional de Arquitetura
CREASI	Centro de Referência de Atenção ao Idoso
DAOF	Diretoria Administrativa, Orçamentária e Financeira
DG	Diretoria Geral
DIARQ	Diretoria de Arquivos
DIBIP	Diretoria de Bibliotecas Públicas
DLL	Diretoria do Livro e da Leitura
DOE	Diário Oficial do Estado
DRH	Diretoria de Recursos Humanos

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	
ENEN	Exame Nacional de Ensino Médio
FIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia
FPC	Fundação Pedro Calmon
GEDIP	Gerência de Bibliotecas Públicas
GERAD	Gerência Administrativa
GESB	Gerência do Sistema de Bibliotecas
GETEC	Gerência Técnica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFLA	Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MINC	Ministério da Cultura
NAGs	Normas de Auditoria Governamental
PAC	Programa de Aceleração e Crescimento
PEA	População Economicamente Ativa
PELL-BA	Plano Estadual do Livro e da Leitura da Bahia
PNC	Plano Nacional de Cultura
PPA	Plano Plurianual de Aplicação
PROJUR	Procuradoria Jurídica
PRODEB	Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia
REDA	Regime Especial de Direito Administrativo
RM	Requisição de Material
RS	Requisição de Serviço
SACAS	Serviço de Atendimento à Criança e ao Adolescente Surdo
SAEB	Secretaria de Administração do Estado da Bahia
SCDC	Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	
SEBP	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEFAZ	Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria do Planejamento
SERIN	Secretaria de Relações Institucionais
SETRE	Secretaria Estadual de Esportes
SETUR	Secretaria de Turismo da Bahia
SGA	Sistema de Gerenciamento de Auditoria
SIAC	Sistema de Acompanhamento
SICOF	Sistema de Informações Contábeis e Financeiras
SIMPAS	Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SUPAT	Superintendência de Patrimônio
SUPROCULT	Superintendência de Promoção Cultural
TCE/BA	Tribunal de Contas do Estado da Bahia
TAC	Termos de Acordo e Compromisso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Fonte: Auditoria

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

APÊNDICE II

Relatório Fotográfico de Visita Técnica

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ

Quadro de Assinaturas

Este documento foi assinado eletronicamente por:

MAURICIO SOUZA FERREIRA
Coordenador de Controle Externo - Assinado em 20/12/2018

Alex Pereira dos Santos
Gerente de Auditoria - Assinado em 20/12/2018

Raquel Leda Cordeiro Capistrano
Coordenador de Controle Externo - Assinado em 20/12/2018

Abelidia Costa Marques da Silva Vasconcellos
Auditor Estadual de Controle Externo - Assinado em 20/12/2018

Livia Aguiar Fernandes Pereira
Auditor Estadual de Controle Externo - Assinado em 20/12/2018

Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: KZNDY3NJKZ